



**MUSEU DE ARTE E ARQUEOLOGIA DO VALE DO CÔA**  
CONCURSO PARA O PROJECTO

**EDIÇÃO. LIBRUS, Publicações técnicas.**  
**Instituto Português de Arqueologia.**

**COORDENAÇÃO EDITORIAL. N. Miguel Seabra.**

**REVISÃO FINAL. Ana Rebelo.**

**DESIGN GRÁFICO/PAGINAÇÃO. LIBRUS, Publicações técnicas.**

**IMPRESSÃO. Rolo e Filhos, Lda.**

**ISBN: 972-99426-0-9**

**DEPÓSITO LEGAL: 219088/04**

© COPYRIGHT. Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, em qualquer formato de papel ou electronicamente, sem o consentimento escrito prévio do editor.

capa: Rocha 3 da Penascosa – Pormenor das sobreposições.

© IPA

**MUSEU DE ARTE E ARQUEOLOGIA DO VALE DO CÔA**

## APRESENTAÇÃO

A classificação pela UNESCO da Arte Rupestre do Vale do Côa como Património da Humanidade em 1998, veio despertar nos portugueses a consciência da necessidade da salvaguarda, preservação e valorização do nosso legado histórico-artístico, bem como o imperativo da difusão da nossa cultura, eixos fundamentais do fortalecimento da identidade nacional no quadro de globalização em que vivemos.

Houve várias tentativas de solução para a instalação de um Museu que garantisse ao grande público a interpretação dos achados arqueológicos daquela que é considerada a maior reserva de arte rupestre ao ar livre até hoje conhecida – centenas de quilómetros quadrados de área e obras com mais de 20.000 anos, algumas das quais impossíveis de visualizar sem a ajuda de guias e pessoal especializado. O montante dos investimentos previstos nas propostas, o seu impacto sobre a paisagem e os custos de manutenção inerentes levariam sucessivos responsáveis pelo sector da Cultura a adiar a solução.

Em boa hora o meu antecessor, Senhor Dr. Pedro Roseta, acarinhou e pôs em marcha no espaço europeu, em colaboração com a Ordem dos Arquitectos, a abertura de um concurso de ideias para um novo projecto, financeiramente sustentável, tecnicamente eficaz e com adequada integração no espaço envolvente.

Ao promover um concurso público para um projecto desta envergadura, no Ano Nacional da Arquitectura, o Estado demonstrou assumir as suas responsabilidades e promover a exigência da qualidade para o edifício a construir numa paisagem com valor cultural de excepção: a confluência de dois “Patrimónios da Humanidade”- O Douro Vinhateiro e a Arte Rupestre do Vale do Côa.

Apresentaram-se a concurso 37 propostas, todas consideradas pelo Júri de elevado valor cultural e patrimonial. A solução arquitectónica vencedora, é uma “peça de arquitectura de cariz escultórico e emblemático, assumidamente contemporâneo e acrescentando mais valias à paisagem” e ao território, conforme o relatório final do Júri.

Para além da informação já conhecida, através de uma apresentação pública realizada em Julho de 2004 em Vila Nova de Foz Côa, a que tive a honra de presidir, entendeu-se que seria oportuno, através da exposição a realizar no Museu Nacional de Arqueologia e da edição do presente catálogo, facultar a um público mais alargado as valiosas contribuições profissionais que tornam o empreendimento do Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa uma solução carismática e actual.

Este projecto de Museu vem atender tanto às carências em equipamentos, indispensáveis à promoção de actividades culturais e de lazer, como constitui uma afirmação do papel do Estado na correcção das assimetrias de desenvolvimento do seu território.

Estão de parabéns os seus autores e todos aqueles que através do seu esforço, dedicação e elevado profissionalismo têm mantido aceso o entusiasmo por esta Obra.

Lisboa, Outubro de 2004

**Maria João Bustorff**

Ministra da Cultura

## DADOS PARA A HISTÓRIA DO PROJECTO

A intenção de edificar um Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa aparece expressa na Resolução do Conselho de Ministros 42/96 de 16 de Abril, ano da criação do Parque Arqueológico do Vale do Côa, seguida em 1997 pela Candidatura da Arte Rupestre do Vale do Côa a Património da Humanidade, classificação atribuída pela UNESCO em 1998.

O Processo para a Contratação do Projecto para o Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa foi iniciado em 1998, tendo o primeiro Contrato sido outorgado em 29 de Dezembro 1999, ao tempo do Ministro Doutor Manuel Maria Carrilho, e para a localização na Canada do Inferno. A evolução desse Projecto decorreu ao longo do mandato de três Ministros da Cultura, os Doutores Manuel Maria Carrilho, José Sasportes e Augusto Santos Silva, e passou por afinações e reavaliações diversas do seu Programa e da sua dimensão. Deste modo, em Março de 2002 estava-se em fase de aprovação do Estudo Prévio, altura em que se verificou a mudança de Governo, tendo este decidido reavaliar a localização inicial do Museu e a orientação do respectivo programa.

Após visita ao Parque Arqueológico, no final de 2002, os então Ministro da Cultura, Dr. Pedro Roseta, e Ministro das Cidades, do Ambiente e do Ordenamento do Território, Dr. Isaltino de Moraes, determinaram a rescisão do anterior Contrato de Projecto e optaram por um novo local para a localização do Museu. O procedimento para a elaboração e fornecimento dos projectos respectivos que se seguiu, passou pelo lançamento de um Concurso Público no âmbito da União Europeia, para Trabalhos de Concepção.

Após apresentação de um Relatório elaborado por uma Equipa integrando Técnicos do IPA - Instituto Português de Arqueologia e do IPM - Instituto Português de Museus, o local escolhido recaiu numa encosta da margem esquerda do Rio Douro, sobranceira à foz do Rio Côa, na zona Norte do Parque Arqueológico e perto de Vila Nova de Foz Côa. O IPA, foi encarregue de promover as acções necessárias, quer para o Concurso quer para as expropriações dos terrenos necessários à nova localização do Museu, tendo vindo a desenvolver todo o processo em estreita colaboração com o IPM, a Ordem dos Arquitectos (OA) e a Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa (CMVNFC).

Seguindo as recomendações da OA, o IPA procedeu à revisão da documentação que lhe competia, nomeadamente, Programa Museológico, Programa de Intervenção e Programa de Áreas (que também inclui os Serviços Administrativos do Parque Arqueológico do Vale do Côa), Caderno de Encargos, Minuta de Contrato de Projecto, imagens e Levantamento Topográfico, para o que mobilizou a colaboração do IPM, do Museu Nacional de Arqueologia (MNA), do Centro Nacional de Arte Rupestre (CNART) e do Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC).

O concurso público foi anunciado em 18 de Novembro de 2003. O calendário previsto para a sua realização foi rigorosamente cumprido e o Júri constituído para a avaliação das propostas, concluiu o seu Relatório Final em 7 de Junho 2004. Foram apresentados 42 trabalhos a Concurso, tendo cinco concorrentes entregue as suas propostas fora do prazo estabelecido o que, obrigatoriamente, levou à sua exclusão do concurso. O Júri, a que tive a honra de presidir e que integrou representantes do IPM, do IPPAR, da CMVNFC, da OA e da Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas e ainda o Arqtº Gonçalo Byrne como membro convidado, atribuiu três prémios e duas menções honrosas, tendo a actual Ministra da Cultura, Dra. Maria João Espírito Santo Bustorff Silva, presidido à cerimónia da sua entrega em Vila Nova de Foz Côa, em 30 de Julho de 2004, altura da inauguração da primeira mostra dos trabalhos realizada naquela cidade.

Os 37 trabalhos apreciados pelo Júri estão apresentados publicamente em Novembro/Dezembro de 2004 no Museu Nacional de Arqueologia, situado no Mosteiro dos Jerónimos (Lisboa).

O Contrato de Projecto para esta nova versão do Museu, veio a ser outorgado com a Equipa classificada em primeiro lugar no Concurso. A complexidade do Projecto e o desejo da realização de um Concurso Público para Projecto (ponto este em que diferiu do modelo implementado em 1998), recomendam o prosseguimento numa base segura, devidamente ponderada e abrangente, auscultando a pluralidade dos intervenientes, sejam eles os Agentes da Cultura envolvidos (MC, IPA, IPM, MNA, CNART, PAVC, ...), sejam os Agentes externos (CMVNFC, OA, ...).

Poderão os mais sépticos dizer que se poderia ter andado mais depressa e até que o Museu já deveria estar construído. O certo é que se está perante um Projecto que é reconhecido por todos

como estruturante para a região onde se insere e importante para a Arqueologia nacional. Trata-se de um processo inovador, o que o torna mais difícil e delicado e que sofreu várias vicissitudes nos últimos 6 anos.

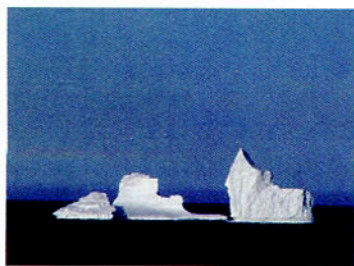
O caminho agora seguido, sob a direcção do IPA e a tutela da Cultura, procura avançar de uma forma consistente, segura, responsável e com o envolvimento de todas as Entidades mais directamente interessadas no Projecto.

No entanto, para o sucesso do Empreendimento, não bastará assegurar um projecto e uma construção de qualidade. É necessário pensar, desde já, no funcionamento e na integração do futuro Museu no quotidiano da vida do Parque Arqueológico e da Região, pelo que a sua futura gestão e animação são já preocupações que neste momento constituem um novo desafio.



**Fernando Real**

Director do Instituto Português de Arqueologia  
e Presidente do Júri do Concurso de Projecto



## ICEBERGS

De um Iceberg apenas um oitavo do total do seu volume emerge acima da superfície do mar.

O volume que emerge, marcado por arestas e superfícies de fractura, resultado da separação das massas de gelo dos continentes polares tem configurações extraordinárias, sempre em mutação, com infinitas variações de brancos e azuis, brilhos e reflexos.

Talvez seja inevitável, que tal como nos Icebergs, apenas parte do processo dos Concursos de Arquitectura seja visível.

Todas as fases de preparação, onde se definem objectivos, programas, formas e exigências do processo de Concurso, condições da encomenda e prestação de serviços, critérios de avaliação, etc. são, habitualmente, vedadas aos concorrentes. É habitualmente entendido que apenas a separação clara entre concorrentes, júri e promotor do Concurso pode garantir que a informação disponibilizada a todos os potenciais concorrentes é idêntica e assim contribuir para a isenção do procedimento de Concurso.

Esta é a solução prescrita no quadro legal que regula a Encomenda Pública de trabalhos de concepção em Portugal. Quer o actual decreto-lei 197/99, quer o seu antecessor, o decreto-lei 55/95, têm estabelecido alguns momentos de ocultação de informação durante o decurso do procedimento de Concurso. A evolução dos procedimentos prescritos na legislação tem aumentado estes momentos de ocultação, deixando emergir um cada vez menor volume de Iceberg, até ao paradoxo actual, em que são estabelecidas regras de impedimento que evitam que existam concorrentes com determinados vínculos a elementos do júri e simultaneamente obriga ao anonimato dos elementos do mesmo júri.

Não é claro que o único resultado possível da transparência defendida e valorizada pelas modernas democracias europeias participadas, no que diz respeito a Concursos de Arquitectura, deva ser a criação de regras que criem opacidades no processo, como o são, por ex., do anonimato dos

concorrentes, ou o mais singular anonimato do júri, único na União Europeia e fruto de um excesso de zelo do legislador português, e também do enorme desconhecimento das questões disciplinares envolvidas num Concurso de Arquitectura.

Parece óbvio que qualquer encomenda no domínio da Arquitectura, sobretudo a Encomenda Pública, tem necessariamente uma dimensão patrimonial e cultural, e que esta deve informar, de modo radical e completo, todas as decisões de qualquer processo de encomenda e consequentemente de qualquer Concurso. E é exactamente esta dimensão patrimonial e cultural que tem maior dificuldade em encontrar expressão na legislação, nos regulamentos de Concurso, nos programas de Concurso, etc. por força do seu carácter de síntese, por ser sempre mais do que o possível de descrever com a soma de diversos critérios de avaliação, por não ser transponível para medidas de quantificação, tão apreciadas pelo legislador, sem se transformar numa sua caricatura.

É também óbvio que o envolvimento da sociedade, dos concorrentes, dos promotores, tão cedo quanto possível na organização de um Concurso resulta num melhor entendimento das questões que devem encontrar resposta no mesmo Concurso.

Recentemente, com um promotor privado, que manifestou interesse em escolher um projecto através de um Concurso, pudemos propor uma forma de procedimento em que a dimensão patrimonial e cultural poderia encontrar maior facilidade de expressão.

O promotor deste concurso, uma comunidade bem definida, deseja encontrar a melhor solução possível para um determinado equipamento. Naturalmente que a tentação do promotor se faz representar em maioria no júri, ou de poder exercer um qualquer direito de veto, existe e não é mais do que a expressão de uma vontade, legítima, de garantir que o resultado do Concurso seja amplamente aceite.

No entanto, o entendimento de que um resultado exemplar a todos os níveis, é também o melhor garante da qualidade, e a partir daí de uma ampla aceitação, levou a que fizéssemos com o promotor algumas reflexões em torno de uma hipótese de organização de um Concurso transparente, e aqui

transparente refere-se efectivamente à visibilidade dos procedimentos, um Concurso em duas fases, uma primeira muito ligeira de candidatura, instruída com uma reflexão em torno do equipamento, e uma segunda fase de projecto propriamente dito. No final de cada fase, um seminário com a apresentação das candidaturas e propostas à comunidade e ao júri. Do debate entre concorrentes, audiência e júri, deveriam resultar, sempre por parte do júri, na primeira fase indicações sobre as evoluções de programa, ambições, condicionantes, etc. a integrar na segunda fase, bem como a lista de concorrentes em melhores condições para lhes dar resposta, e na segunda fase, a escolha do projecto e projectista que em seu entender melhores condições reuniria para passar às fases subsequentes de projecto e execução de obra.

O conteúdo crítico do debate em torno do concurso, das ambições do promotor, das candidaturas, do programa preliminar, dos projectos, etc. realimentaria de modo constante o próprio procedimento do Concurso, e informaria inevitavelmente o resultado final.

O Iceberg seria praticamente todo visível, um Iceberg em doca seca, resplandecente em todos os seus oito oitavos.

São raros os casos em que um tão grande grau de liberdade na definição da forma de um Concurso é possível. A Encomenda Pública, cumpre regras pré-definidas, actualmente no decreto-lei 197/99, que definem a forma do Concurso, ou melhor, algumas formas de Concurso, para ser mais preciso.

No contexto da Encomenda Pública, o esforço principal deve consistir em fazer prevalecer as questões de natureza disciplinar, próprias da Arquitectura, e portanto também do território e da sociedade, sobre as questões de natureza jurídica. As questões de natureza jurídica, em Concursos de Arquitectura devem entender-se como uma segunda natureza do procedimento, regulando de modo invisível, garantindo que os objectivos previstos na legislação são atingidos sem se sobreponem aos objectivos específicos de cada Concurso.

Só deste modo se podem dar condições ao desenvolvimento de objectivos de custos e programas,

regulamentos, critérios de avaliação, etc., adequados a cada caso, e que permitam a introdução de discursos em torno de conceitos de qualidade, em torno da dimensão patrimonial e cultural que tanta dificuldade tem em encontrar expressão na legislação.

Este foi o caso do Concurso Público para Trabalhos de Concepção para a Elaboração do Projecto do Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa, cujo resultado está na origem desta publicação.

Ao longo de autênticas maratonas de reuniões, foram discutidos objectivos, financiamentos e custos, revistos, programas, regulamentos, minutas de contrato, peças escritas e desenhadas etc. por forma a dar a resposta mais adequada às condicionantes que se conheciam e às que se adivinhavam.

Isto não seria possível sem o envolvimento por parte do Instituto Português de Arqueologia de uma equipa, extremamente consciente e competente do seu papel de gestor e promotor de património público. Pessoalmente, adquiri por todos os envolvidos, uma enorme estima e consideração.

Foi possível ultrapassar dificuldades sem perder nunca de vista o objectivo final da qualidade e também da excepcionalidade deste Concurso. Creio que nas nossas reuniões de trabalho nem o Instituto Português de Arqueologia, nem a Ordem dos Arquitectos viram comprometidas as respectivas responsabilidades e competências e isto terá contribuído para que o processo de Concurso fosse consistente, tão transparente quanto possível, e capaz de garantir as melhores condições para o futuro deste projecto.

A aposta num júri, e respectivo corpo de consultores, com uma composição heterogénea e de qualidade excepcional, foi também crucial. Basta ler o relatório do júri para se perceber que em nenhum momento as decisões foram tomadas de modo fácil, buscando o entendimento sempre possível do menor denominador comum. Pelo contrário todas as decisões foram tomadas a partir do debate em torno das propostas apresentadas, das questões que estas suscitavam quer isoladamente, quer em confronto com as restantes, e no centro do debate surgiu sempre a Arquitectura.

Olhando retrospectivamente para todo o processo, parece-me que o elevado grau de empenho e qualidade das propostas apresentadas, e sobretudo das premiadas, é um bom indicador do acerto de algumas das decisões tomadas durante a preparação do Concurso. Confirma também, de algum modo, para o futuro, que o esforço de ultrapassar respostas tipificadas aos desafios levantados por diferentes promotores de Concursos, procurando englobar as suas preocupações legítimas, conjuntamente com aquelas próprias da classe, nos processos de Concurso, pode ser enriquecedor para todo o processo e, conseqüentemente para a Arquitectura.

Este foi um dos Icebergs mais extraordinários que acompanhei. Curiosamente era quase totalmente em xisto.

**Telmo Cruz**

Vogal do Conselho Directivo da Secção Regional Sul da Ordem dos Arquitectos

## SOBRE O JÚRI DO CONCURSO E OS SEUS TRABALHOS

Procedeu o Instituto Português de Arqueologia, com a colaboração da Ordem dos Arquitectos, à realização do Concurso e subsequente adjudicação e contratação da elaboração do Projecto do Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa, ao abrigo do Decreto-Lei nº 197/99 de 08 de Junho relativo à realização de despesas públicas com aquisição de serviços, na forma de Concurso Público para Trabalhos de Concepção.

O Júri que conduziu o Concurso foi constituído pelas Pessoas Singulares a seguir designadas:

- Dr. Fernando Campos de Sousa Real, como membro efectivo do Instituto Português de Arqueologia e que preside, tendo como membro suplente a Dra. Catarina Tente;
- Arqtº. João Belo Rodeia, como membro efectivo indicado pelo Instituto Português do Património Arquitectónico, tendo como membro suplente o Arqtº. Flávio Lopes;
- Arqtº. João Herdade, como membro efectivo indicado pelo Instituto Português de Museus, tendo como membro suplente a Arqtª. Manuela Fernandes;
- Eng. Sotero Ribeiro, como membro efectivo indicado pela Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, tendo como membro suplente a Arqtª. Helena Luna Sérgio Feijão;
- Arqtº. Amâncio Alpoim Guedes, como membro efectivo indicado pela Ordem dos Arquitectos, tendo como membro suplente a Arqtª. Maria José Sardinha Fernandes;
- Arqtº. Paisagista João Gomes da Silva, como membro efectivo indicado pela Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas, tendo como membro suplente o Arqtº. Paisagista Victor Beiramar Diniz;

-Arqtº. Gonçalo de Sousa Byrne, como membro efectivo convidado, tendo como membro suplente o Arqtº. Nuno Grande.

O Júri designou ainda para o Secretariar, a Dr.ª Sónia Pereira, Jurista do Instituto Português de Arqueologia. Como Consultores para assessorar o Júri na apreciação de áreas específicas dos trabalhos apresentados a concurso, foram designados:

Para as Áreas de Museologia, Arqueologia e Arte Rupestre:

-Dr. Luís Raposo, Director do Museu Nacional de Arqueologia;

-Dr. António Martinho Baptista, Director do Centro Nacional de Arte Rupestre.

Para as diversas Especialidades no domínio das Engenharias:

-Engº. José Pedro Tavares que, no âmbito da CONSULBARRA, Serviços de Engenharia, Lda., teve o apoio do Professor Fernando Branco, Especialista na área de Estruturas, e do Engº. José Carlos Galvão Teles, Especialista na área de Climatização.

O Júri promoveu uma visita conjunta ao Parque Arqueológico do Vale do Côa e ao local do novo Museu, reuniu em quinze sessões privadas, realizou quatro sessões do Acto Público e produziu um total de onze Actas e dois Relatórios.

Devido ao elevado número de trabalhos apresentados, os elementos do Júri entenderam proceder individualmente ao estudo e análise, de modo exaustivo e alargado no tempo, de todos os trabalhos apresentados a concurso. A análise referida foi orientada pelos objectivos fundamentais a atingir e enunciados no Programa de Intervenção, bem como pelos critérios e sub critérios de avaliação presentes no Regulamento de Concurso:

-Qualidade da solução arquitectónica, entendida nas seguintes componentes:

-Adequabilidade ao Programa de Intervenção

-Integração na envolvente

-Estrutura funcional

-Flexibilidade intrínseca da solução

-Exequibilidade da solução.

Posteriormente, na primeira sessão conjunta de apreciação dos trabalhos apresentados a concurso, cada elemento do Júri relatou aos restantes o resultado da sua análise individual de cada trabalho. Ao longo das suas sessões, o Júri analisou ainda os Relatórios Técnicos apresentados pelos diversos Consultores.

O debate em torno das qualidades dos trabalhos admitidos revelou os temas de projecto principais abordados em praticamente todos os trabalhos e que decorriam das condições do programa funcional, regulamento do concurso, e local de implantação. Estes temas transpõem para questões projectuais os objectivos fundamentais e os critérios de avaliação, e alimentaram o debate em torno de todas as soluções. Os temas mais relevantes do debate foram:

•A relação do construído com a paisagem e com o território, com destaque para as questões da escala e percepção;

•A relação dos acessos e estacionamento com o edifício e com o território e a paisagem;

•Equilíbrio e flexibilidade das áreas expositivas;

•Abordagem do programa funcional;

- Optimização de funcionamento e manutenção;
- Facilidade de execução técnica e financeira.

Durante estes debates em torno de cada um dos trabalhos em avaliação, o Júri foi seleccionando sempre que um ou mais dos seus membros manifestasse essa vontade, os trabalhos que considerassem responderem adequadamente e de forma geral aos objectivos fundamentais e critérios de avaliação ou seja aqueles que em seu entender reuniam valor absoluto.

Todos os restantes trabalhos, foram considerados como detentores no geral de qualidade, embora globalmente insuficiente para virem a passar à etapa seguinte de selecção. No entanto, os membros do Júri retiveram a possibilidade de voltar a examinar os trabalhos não seleccionados e de propor junção de algum deles ao grupo dos que tinham sido designados como tendo valor absoluto.

Da primeira ronda de selecção resultaram escolhidos por unanimidade os trabalhos detentores de valor absoluto, passíveis de avaliação em termos de valor relativo, decidindo o Júri aprofundar o estudo de cada uma dessas soluções e proceder à análise qualitativa desses trabalhos desenvolvendo também os temas que tinham orientado a primeira fase de selecção.

Nesta fase de apreciação, sempre acompanhada da discussão crítica em torno dos trabalhos a hierarquizar, a unanimidade das decisões da primeira sessão cedeu lugar aos diferentes posicionamentos de cada um dos membros do Júri face aos trabalhos em apreciação. O Júri decidiu então proceder a vários momentos de votação, que permitissem com clareza propor a hierarquização final dos trabalhos, tendo havido uma declaração de voto.

Nas suas conclusões, o Júri afirmou-se consciente de que a sua proposta de classificação viria a permitir o desenvolvimento do Projecto resultante do contrato a outorgar, incluindo a consolidação do programa e dos objectivos do empreendimento, num processo de diálogo, criativo e profícuo, tal como previsto no Programa de Intervenção do Concurso, bem como na Minuta Tipo do Contrato. O resultado do diálogo que agora começa entre a Equipa Projectista e o Promotor do Museu, deverá

resultar em inúmeras questões novas, essenciais ao desenvolvimento do Projecto. Em especial, no domínio da Museologia e como já o indicavam as bases do Concurso, esta colaboração introduzirá constantemente um fluxo de dados, aos quais deverá ser dada resposta adequada.

Na memória descritiva que acompanha o processo do Projecto vencedor, já se pode detectar esta preocupação, admitindo estratégias, embora ainda incipientes, de procurar para os espaços expositivos soluções que lhes aumentem a flexibilidade e adaptabilidade. Nestes espaços em particular, devem projectistas e promotor procurar estratégias projectuais que conduzam à concretização de soluções que tornem fácil a adaptação de cada um dos espaços, quer individualmente quer na relação com os restantes.

O interesse suscitado por este concurso traduziu-se pela apresentação de trabalhos na generalidade bem estruturados, objectivamente profissionais e reveladores do esforço e intensidade com que foram abordadas as questões por ele levantadas.

O tema do Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa e a elaboração do seu Projecto, interessando as comunidades ligadas aos meios da Arqueologia e da Arquitectura, a nível nacional e internacional e a comunidade local expectante da valorização do seu património de excepção, bem como os resultados alcançados com o concurso, proporcionam momentos de grande satisfação pelo enriquecimento em curso na área da cultura e do património, o que a todos toca.

resultar em inúmeras questões novas, essenciais ao desenvolvimento do Projecto. Em especial, no domínio da Museologia e como já o indicavam as bases do Concurso, esta colaboração introduzirá constantemente um fluxo de dados, aos quais deverá ser dada resposta adequada.

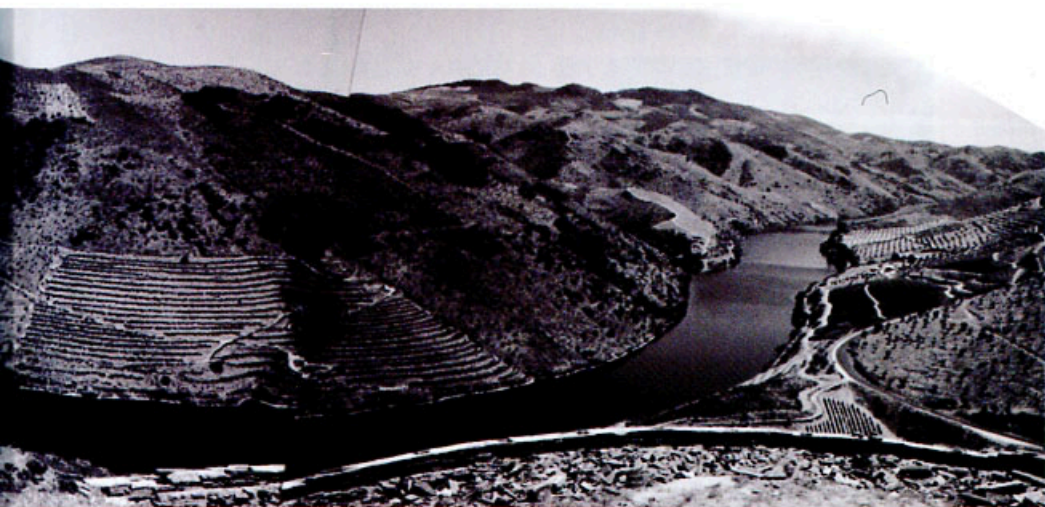
Na memória descritiva que acompanha o processo do Projecto vencedor, já se pode defectar esta preocupação, admitindo estratégias, embora ainda incipientes, de procurar para os espaços expositivos soluções que lhes aumentem a flexibilidade e adaptabilidade. Nestes espaços em particular, devem projectistas e promotor procurar estratégias projectuais que conduzam à concretização de soluções que tornem fácil a adaptação de cada um dos espaços, quer individualmente quer na relação com os restantes.

O interesse suscitado por este concurso traduziu-se pela apresentação de trabalhos na generalidade bem estruturados, objectivamente profissionais e reveladores do esforço e intensidade com que foram abordadas as questões por ele levantadas.

O tema do Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa e a elaboração do seu Projecto, interessando as comunidades ligadas aos meios da Arqueologia e da Arquitectura, a nível nacional e internacional e a comunidade local expectante da valorização do seu património de excepção, bem como os resultados alcançados com o concurso, proporcionam momentos de grande satisfação pelo enriquecimento em curso na área da cultura e do património, o que a todos toca.



Foto: J. P. Tavares





Rocha 3 da Quinta da Barca – Pormenor de uma cabra bicéfala. © IPA

## **O PARQUE ARQUEOLÓGICO DO VALE DO CÔA (PAVC)**

O Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC) é um organismo público, serviço dependente do Instituto Português de Arqueologia (IPA), sob a tutela do Ministério da Cultura, que tem por função gerir, proteger, musealizar e organizar para visita pública a arte rupestre do Vale do Côa, classificada como Monumento Nacional em 1997 e como Património da Humanidade em 1998.

O Vale do Côa é considerado como um dos mais importantes sítios de arte rupestre do mundo. Aqui foram identificados 28 núcleos de arte rupestre, ao longo dos últimos 17 quilómetros do Rio Côa, até à sua confluência com o Douro.

Estes núcleos apresentam gravuras de uma extraordinária beleza, datadas, na sua maioria, do Paleolítico superior, testemunhando assim a mais antiga forma de arte do mundo. Esta remota tradição artística nas margens do Rio Côa, com cerca de 30.000 anos, perdurou até quase aos nossos dias, existindo, para além das gravuras paleolíticas, vestígios de pinturas e gravuras do Neolítico e Calcolítico, gravuras da Idade do Ferro e dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX, altura em que os moleiros, os últimos gravadores do Côa, abandonaram o fundo do vale.

## PROYECTOS PREMIADOS



**1º. Prémio** (trabalho com o nº. de ordem 7)

Arquitectos **Pedro Tiago Lacerda Pimentel e Camilo Bastos Rebelo** - PORTO

Arquitecto Coordenador: **Pedro Tiago Lacerda Pimentel**

A Equipa Técnica do Projecto tem ainda a participação do:

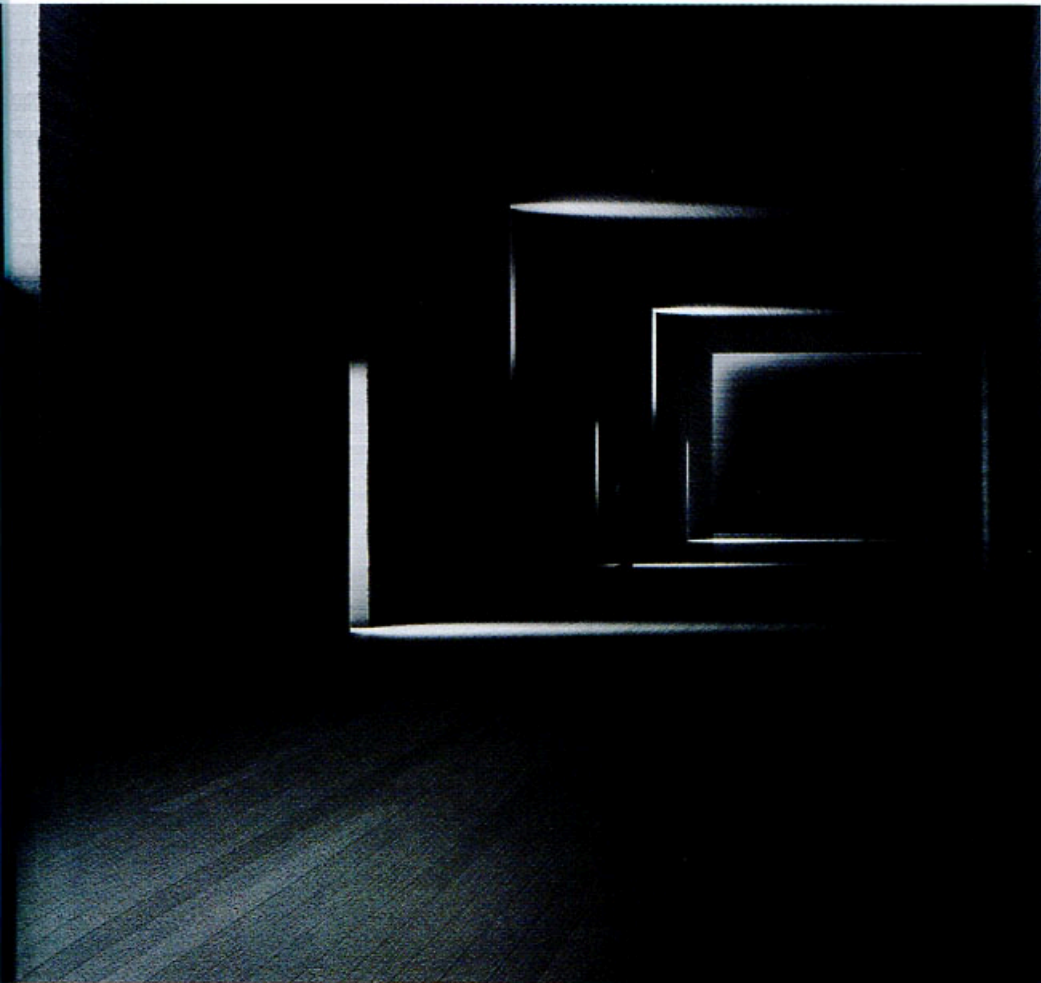
GOP – Gabinete de Organização e Projectos, Lda., liderado pelo Eng. Jorge Nunes da Silva.

Do Relatório do Júri:

Além do valor cultural e patrimonial presente em todos os trabalhos hierarquizados, o trabalho apresentado pelos Arquitectos Pedro Lacerda Pimentel e Camilo Bastos Rebelo propõe criar uma peça de cariz escultórico e emblemático, assumidamente contemporâneo, e acrescentando mais-valias à paisagem.

Apresenta uma organização muito compacta, uma figura forte, capaz de responder com clareza e intensidade aos valores da paisagem e do território.

O júri considerou a solução arquitectónica extraordinária e carismática. Uma inventiva e adequada resposta à integração



na envolvente. O acesso revela-se bem pensado, introduzindo um compasso de espera entre a chegada, com uma noção clara da paisagem e da envolvente, e a descida ao espaço do museu.

Os conceitos utilizados na memória descritiva são notáveis e reveladores da consistência da proposta. Os espaços expositivos estão bem organizados e o acesso aos serviços bem resolvido.

A estrutura funcional apresenta-se adequada às exigências expressas no programa de intervenção, tendo contudo alguns aspectos que requerem maior reflexão. A solução demonstra flexibilidade evolutiva. Boa exequibilidade da solução, à luz dos actuais modos de construção.

Da Memória Descritiva do Concorrente:

... os temas abordados são diversos, resultando de uma dinâmica de trabalho que procura cruzar factores exteriores, como topografia e acessibilidades, e factores de conteúdo programático.

O desafio de fundir estes factores torna-se explícito no conceito da intervenção – conceber um museu enquanto instalação na paisagem.

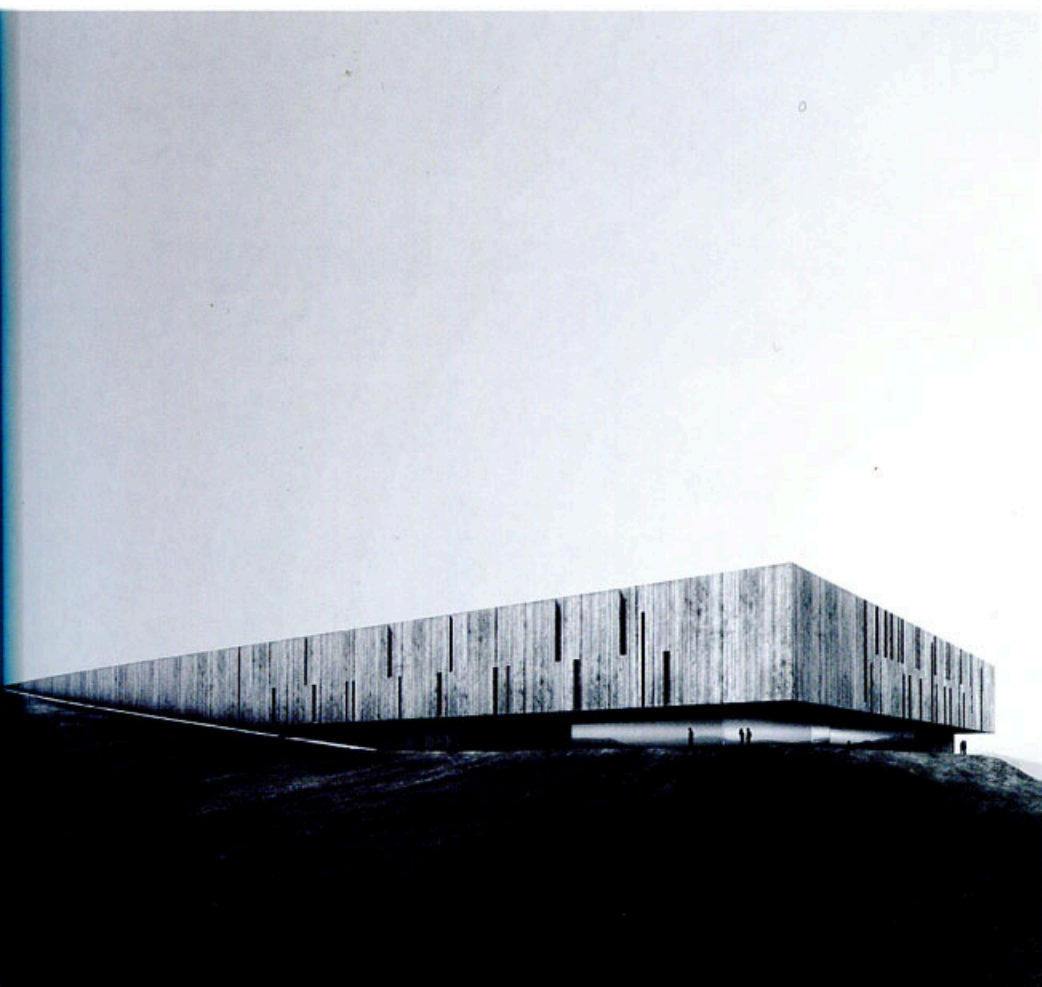
Conceito:

A Arte Rupestre que qualifica de forma única as margens do Rio Côa é provavelmente a primeira forma de "Land Art" da História da Humanidade. Esta condição revelou-se desde logo o motor de construção da ideia do projecto. A "Land Art" caracteriza-se genericamente de duas formas distintas.

Na primeira a condição de intervenção na paisagem é executada com elementos naturais promovendo continuidade, e a geometria de carácter abstracto se impõe destacando a intervenção. Na segunda a estratégia é a de trabalhar um conceito desenhado especificamente para um lugar promovendo um diálogo íntimo entre artificial/natural e aumentando deste modo a complexidade temática da composição do mesmo.

O território sugere neste caso uma dupla leitura, pois é o suporte natural da paisagem, com que se pretende interligar e dialogar, mas é também a consequência da intervenção do homem numa natureza modelada, enfatizando a condição artificial.

No caso do Museu parece ser importante o sentido afirmativo do corpo, quer na sua leitura de intervenção na paisagem, quanto à sua natureza tipológica que deve ser formalizada enquanto massa física, não deixando quaisquer ambiguidades.



equivocos quanto à sua localização e conteúdo..."

"Corpo: A forma / volume do corpo é triangular e resulta de três condições topográficas. O corpo triangular é lapidado pela geometrização abstracta da topografia, que no ponto mais alto do terreno (implantação) está entalado entre dois vales (Vale José Esteves e o Vale do Forno) e abre uma terceira frente ao encontro dos rios Douro e Côa..."

"Matéria: Para a plasticidade da matéria do corpo interessa considerar três temas: a massa, textura e a sua cor. Das possibilidades analisadas prevalecem duas: o xisto como sendo o material local e existindo em abundância, mas também pelo factor de ser o suporte escolhido no Paleolítico para o registo das gravuras. ... O betão interessa pelas suas características plásticas e tectónicas, mas também como material que aparece recentemente na paisagem do Douro em construções de médio e grande porte. No entanto, este, usado na sua cor natural, cinzento, promoveria alguma ruptura com o terreno onde predomina o castanho amarelado do xisto. Deste modo a proposta é que a matéria do corpo seja betão com inertes e pigmento de xisto resultando numa massa híbrida. Esta composição é sugerida nas eiras de secagem da amêndoa que pontuam alguns terrenos da envolvente, embora com a predominante xisto."



**2º. Prémio** (trabalho com o n.º. de ordem 20)

**CVDB Architectos** - LISBOA

Arquitecto Coordenador: **Diogo Burnay**

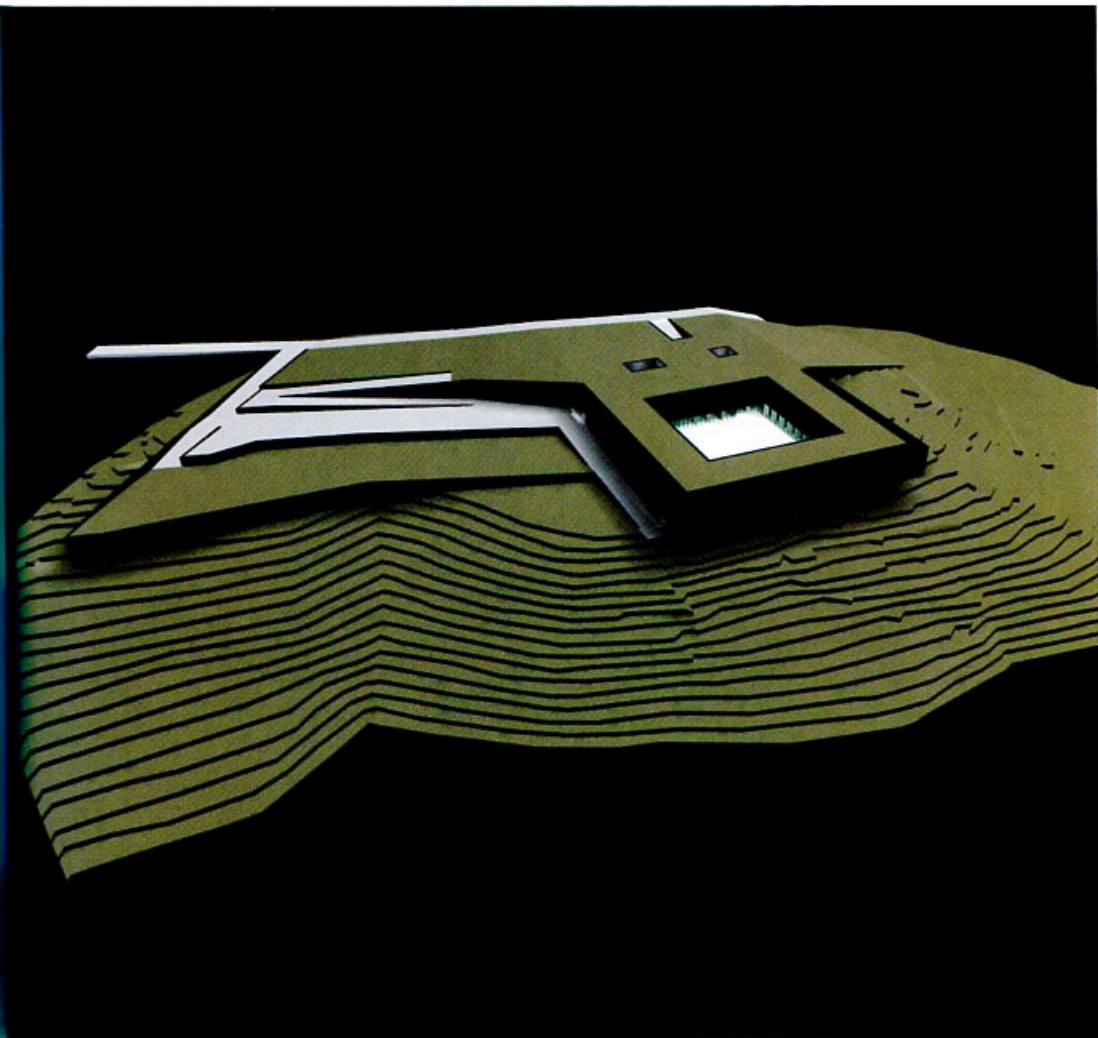
Do Relatório do Júri:

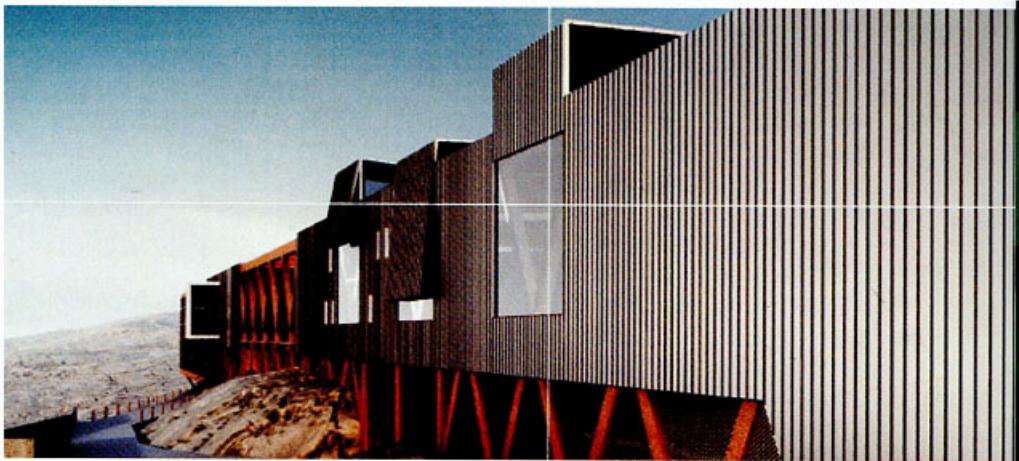
O trabalho apresentado pelo Arquitecto Diogo Burnay propõe uma organização em torno de um "claustro", entidade geradora de relações espaciais ricas e complexas entre as diferentes áreas do Museu e Serviços.

O júri considerou que o trabalho apresentado se encontra bem elaborado e adequado ao programa de intervenção.

A presença na paisagem e no território é positiva, introduzindo um elemento artificial claro no topo do monte, visível desde diversos pontos, sempre de modo distinto e rico.

A aproximação ao edifício é cuidadosa, revelando-o apenas no último momento, graças à utilização de coberturas ajardinadas...





**3º. Prémio** (trabalho com o n.º. de ordem 11)

**MW, Arquitectura e Design, Lda.** – AVEIRO

Arquitecto Coordenador: **Walter Rossa Ferreira da Silva**

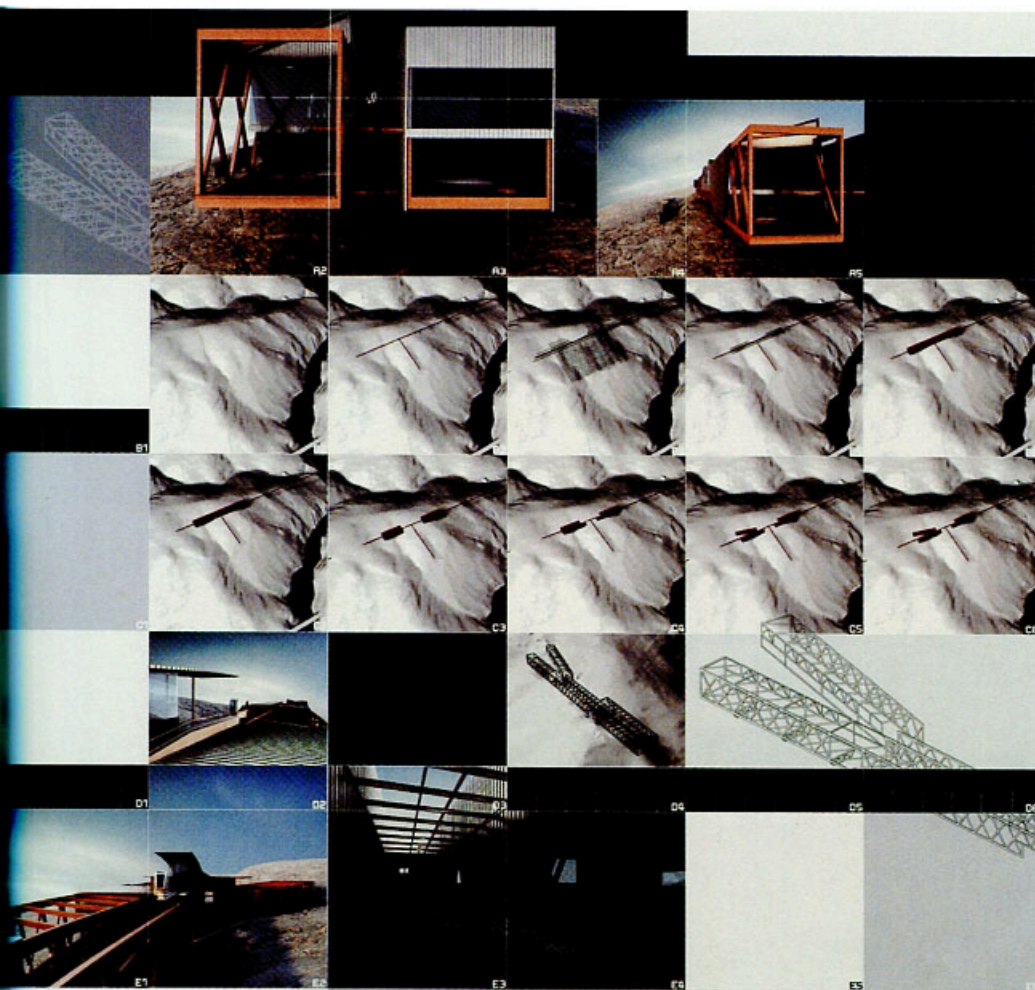
Do Relatório do Júri:

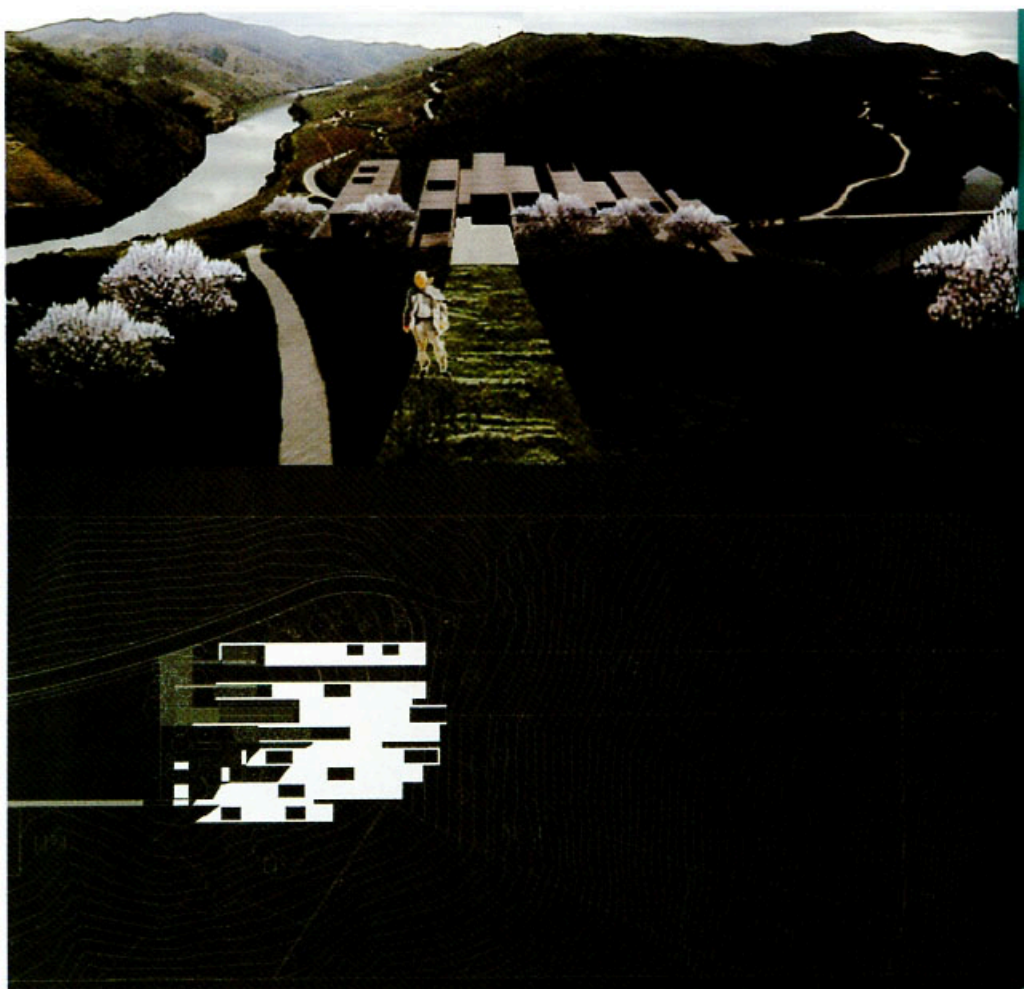
A concepção apresentada pelo Arquitecto Walter Rossa também propõe criar uma peça de arquitectura de cariz escultórico e emblemático, assumidamente contemporâneo, e acrescentando mais-valias à paisagem.

O júri considerou o trabalho original e muito criativo, simultaneamente carismático e insólito. Resolve um grande conjunto de questões periféricas do programa, nomeadamente as acessibilidades, integrando-as no volume edificado.

A resolução dos espaços aparenta proporcionar um bom desempenho funcional, embora os elementos entregues sejam totalmente esclarecedores.

A inserção na paisagem e o "partido arquitectónico geral", conforme palavras do autor, suscitaram um debate alargado, tendo em torno das questões que a presença de qualquer edifício levanta no contexto previsto...





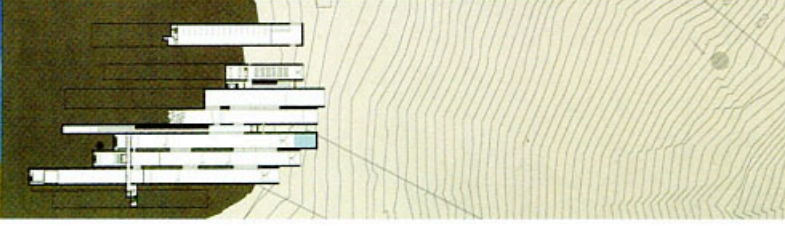
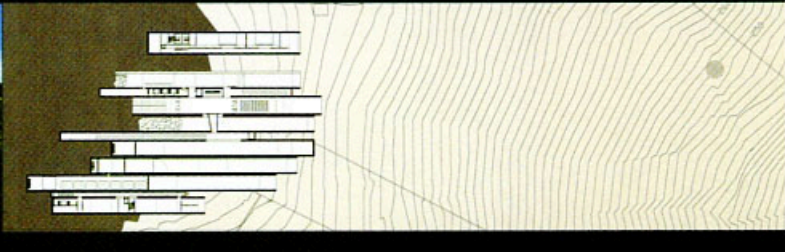
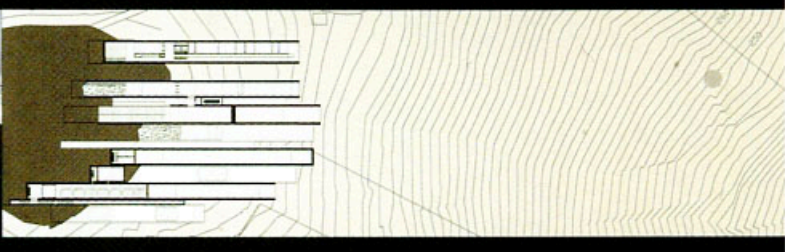
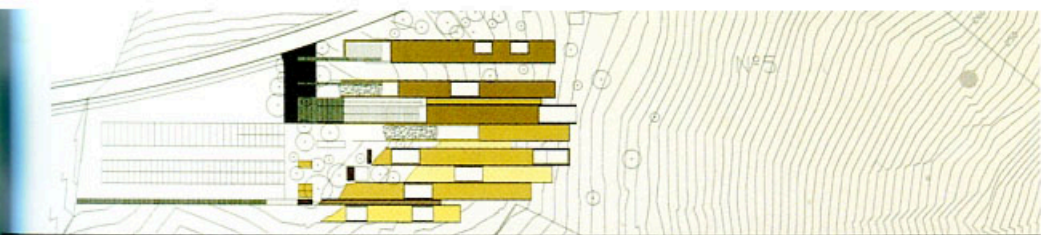
**1ª. Menção Honrosa** (trabalho com o n.º de ordem 24)

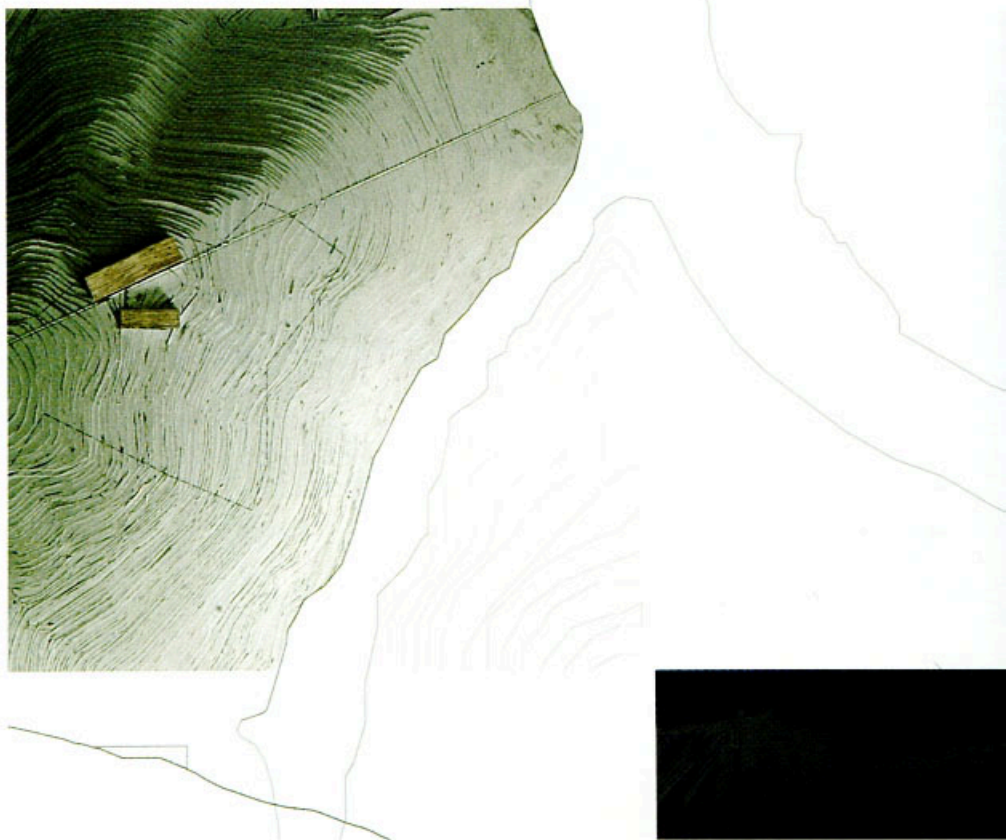
**Inbiding, Arq. & Eng., Lda.** – GUIMARÃES

Arquitecto Coordenador: Miguel Filipe Borges da Costa

O Júri considerou o projecto do museu original e bem trabalhado, reconhecendo a sua inventiva solução arquitectónica. O museu é composto por volumes simples, abertos nas extremidades para a paisagem e para pátios diversos, organizados em galerias expositivas longitudinais hierarquizadas, com ligações transversais proporcionando experiências eventualmente ricas.

A escolha do esquema compositivo originou espaços intersticiais dedicados a circulações e infraestruturas técnicas.





**2ª. Menção Honrosa** (trabalho com o nº. de ordem 2)

**Pedro Borges de Araújo** – PORTO

Arquitecto Coordenador: Pedro Borges de Araújo / Helgo Von Meier

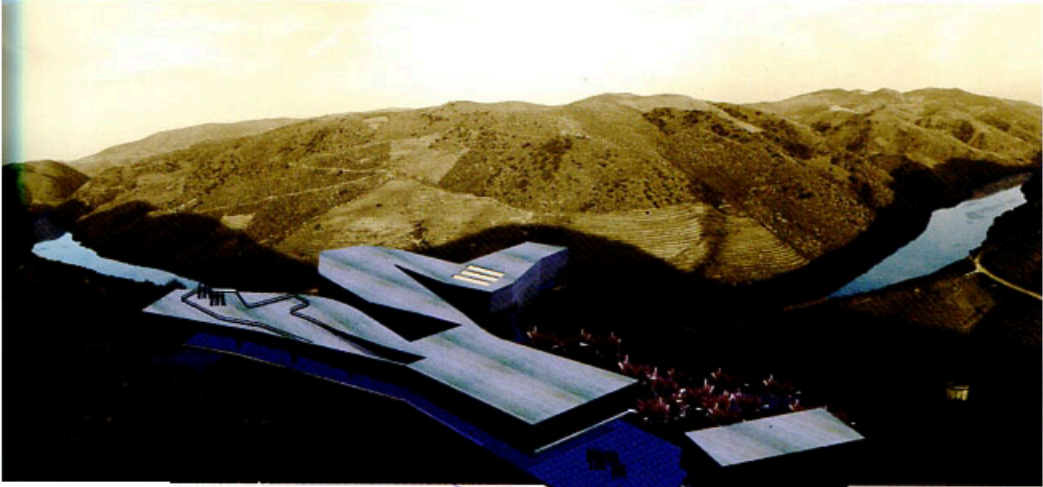
O Júri entendeu destacar neste trabalho a composição muito simples, com dois paralelepípedos colocados obliquamente entre si, unidos por um espaço enterrado, cuja cobertura é a praça de entrada para o Museu e para os Serviços do Museu, aberta sobre a confluência dos rios Côa e Douro.

A simplicidade diagramática da solução, quer no que diz respeito aos volumes de construção, quer no que diz respeito à resolução do programa, relação entre os diferentes espaços e entre estes e as circulações, foi considerada positiva.

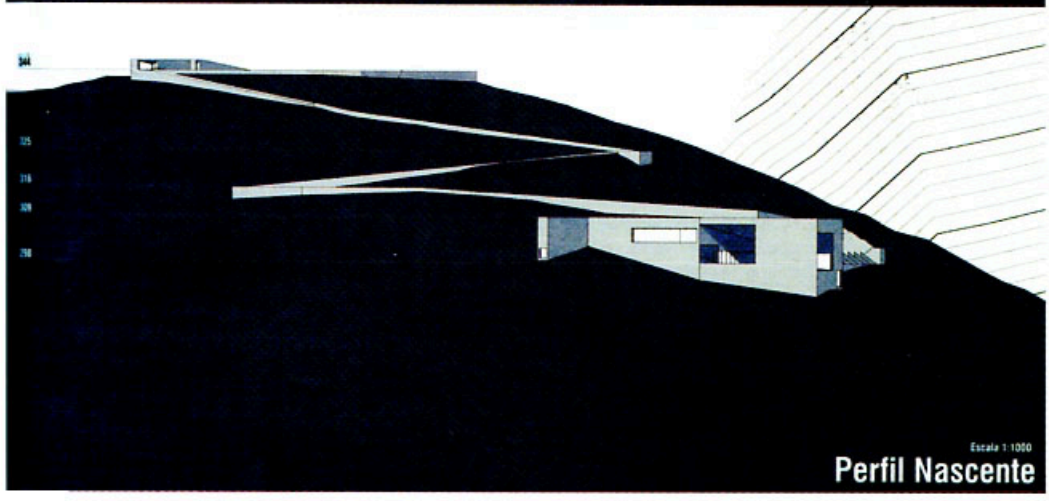
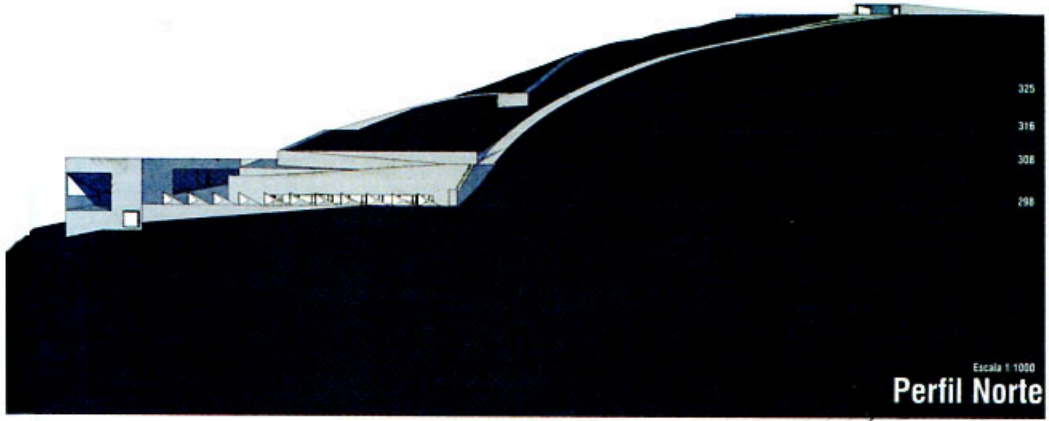


**OUTROS TRABALHOS APRESENTADOS A CONCURSO**

**Atelier de Santos, Arquitectura, Lda. – LISBOA**  
(trabalho com o n.º de ordem 1)  
Arquitecto Coordenador: Célia Raquel Lourenço Gomes







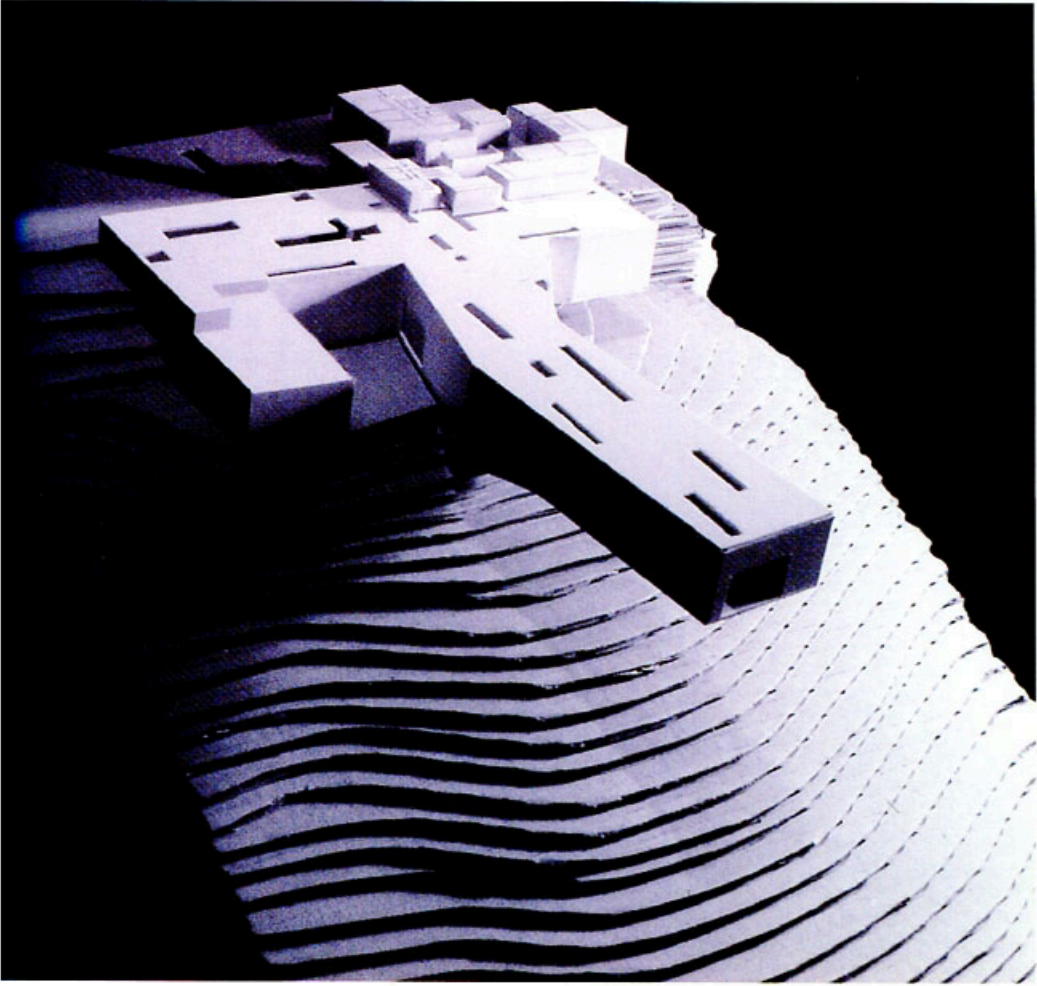


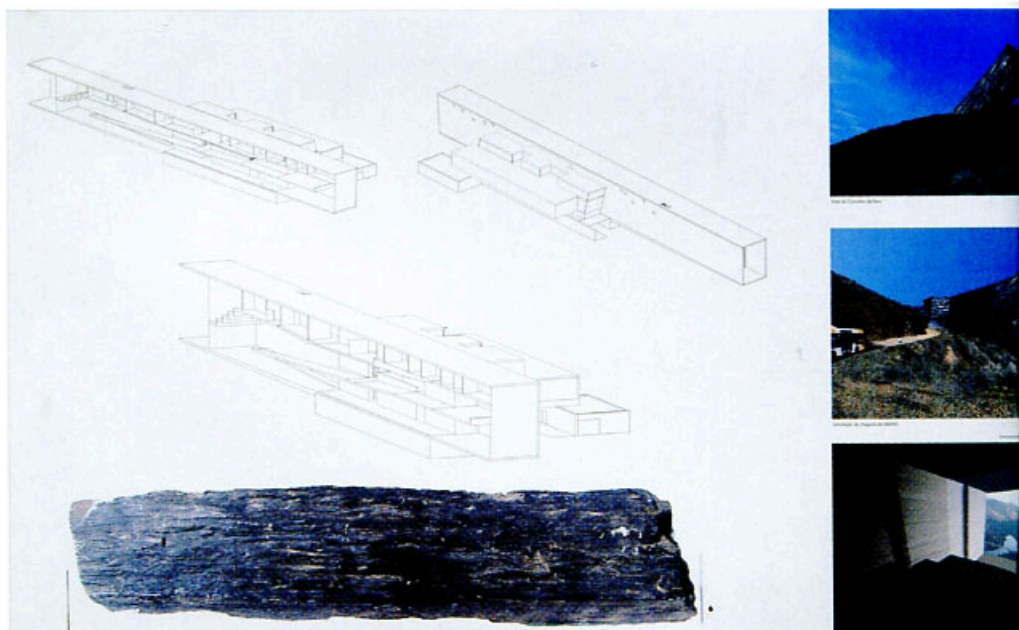
**Reis de Figueiredo, Arquitectos da Beira, Lda. – FIGUEIRA DA FOZ**  
(trabalho com o n.º de ordem 4)  
Arquitecto Coordenador: Carlos Manuel Reis de Figueiredo



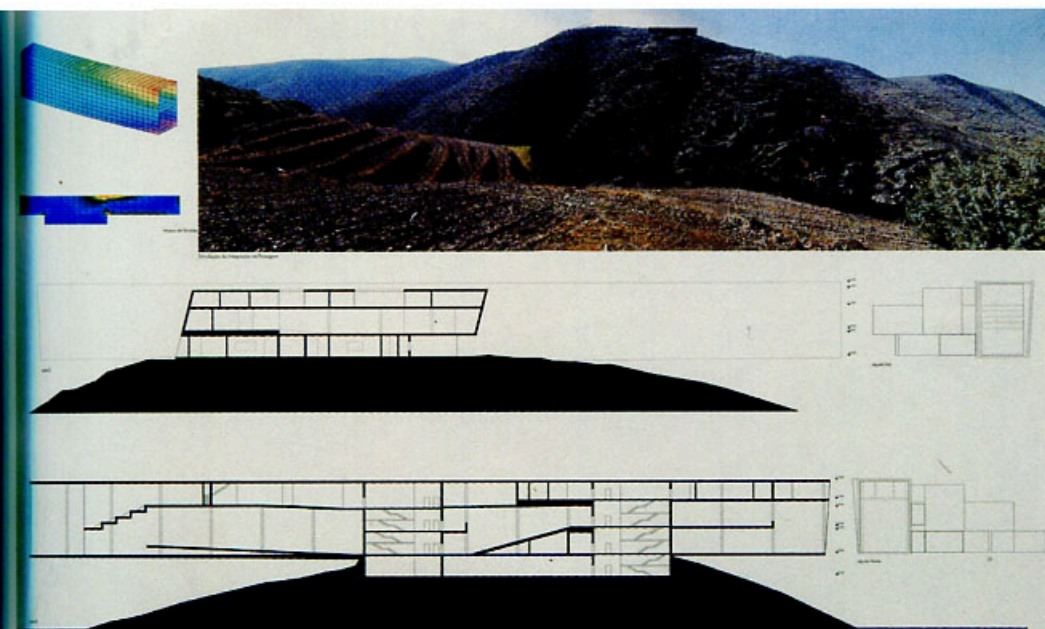


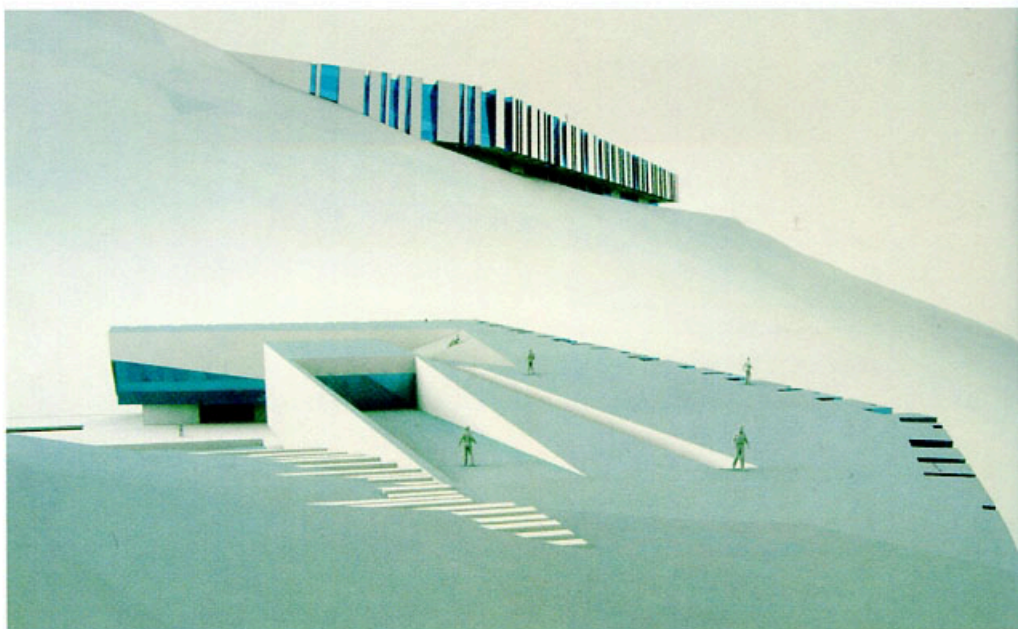
**Arq.º Adelino Magalhães – PORTO**  
(trabalho com o n.º de ordem 5)  
Arquitecto Coordenador: Adelino Magalhães



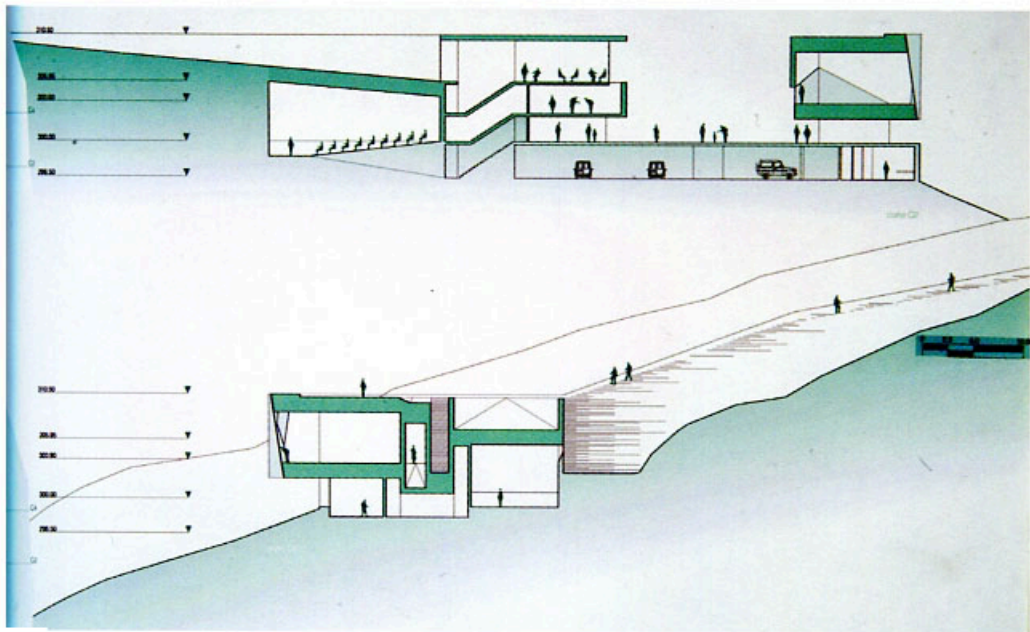


**Arq.º António Miguel da Rocha Feio – PORTO**  
(trabalho com o n.º. de ordem 6)  
Arquitecto Coordenador: António Miguel da Rocha Feio



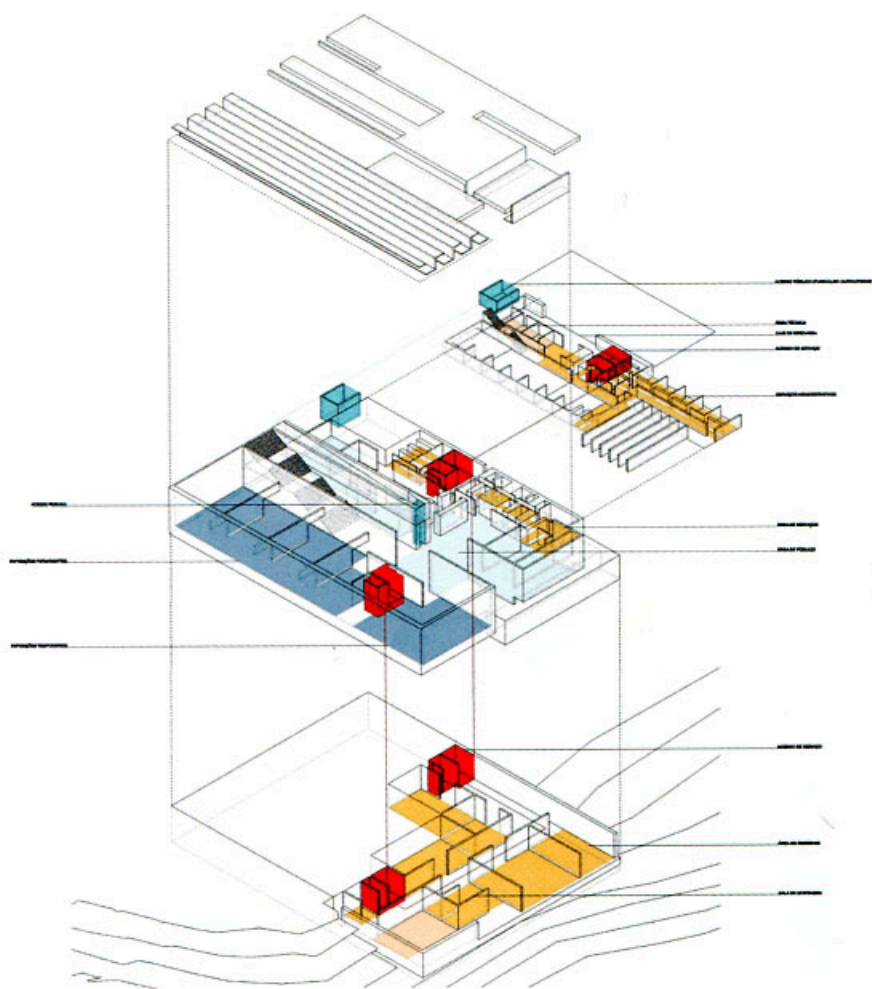


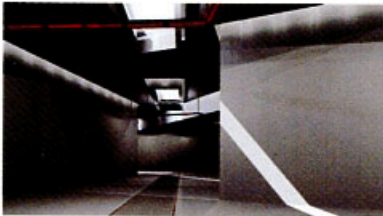
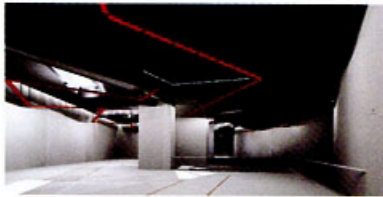
**Arq.º Jorge António Pereira de Sousa Santos – LISBOA**  
(trabalho com o nº. de ordem 8)  
Arquitecto Coordenador: Jorge António Pereira de Sousa Santos





**Arq.º José Pedro Botelho Secretário Bonito – PORTO**  
(trabalho com o n.º. de ordem 9)  
Arquitecto Coordenador: José Pedro Botelho Secretário Bonito

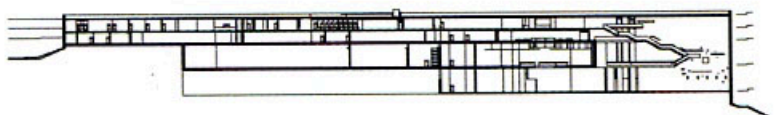




**A. Moura de Albuquerque, Arquitectura e Design, Lda. – LISBOA**  
(trabalho com o n.º. de ordem 10)  
Arquitecto Coordenador: Anabela Moura Albuquerque



**PLANTA DO NÍVEL M2**

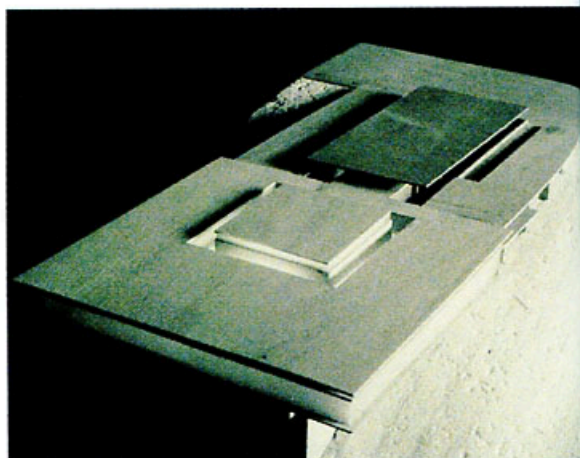
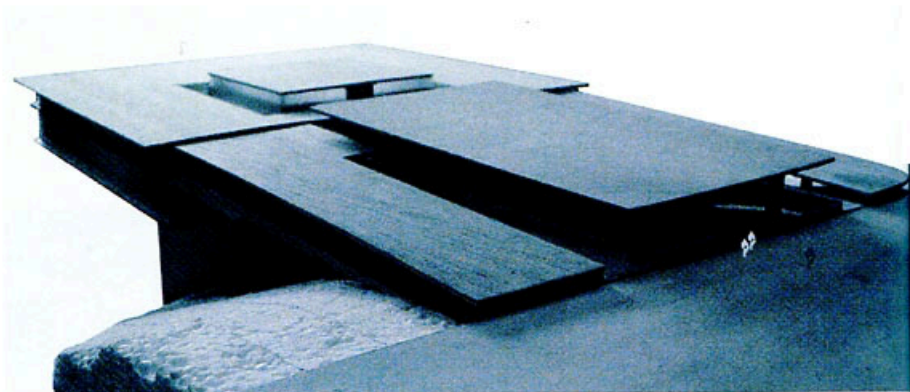


**CORTE LONGITUDINAL**



**ALÇADO SUL**

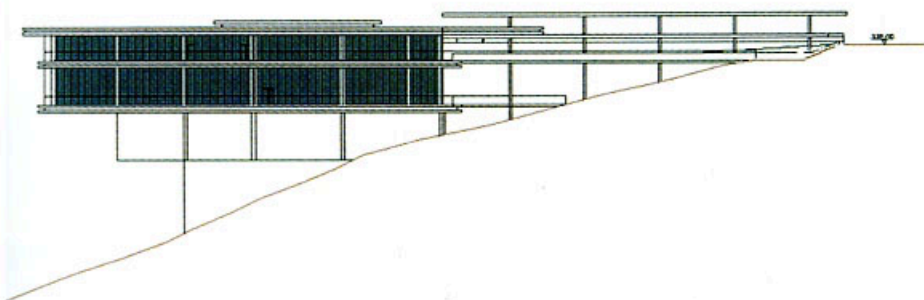
**Escala:**  150 m



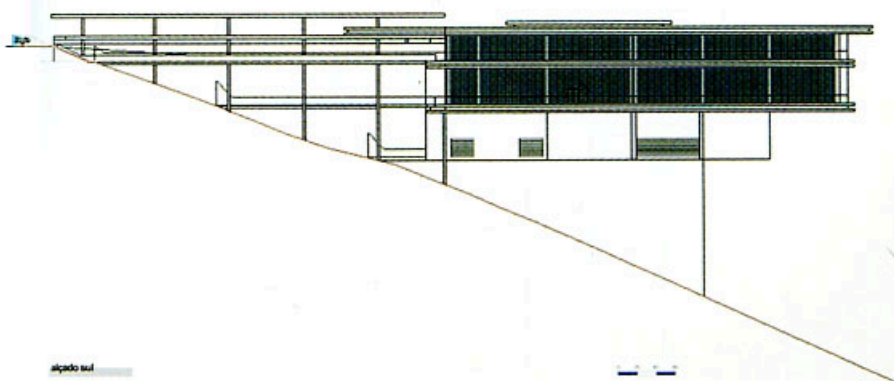
**S.E.S. Sociedade de Estudos e Serviços, S.A. – LISBOA**

(trabalho com o n.º de ordem 12)

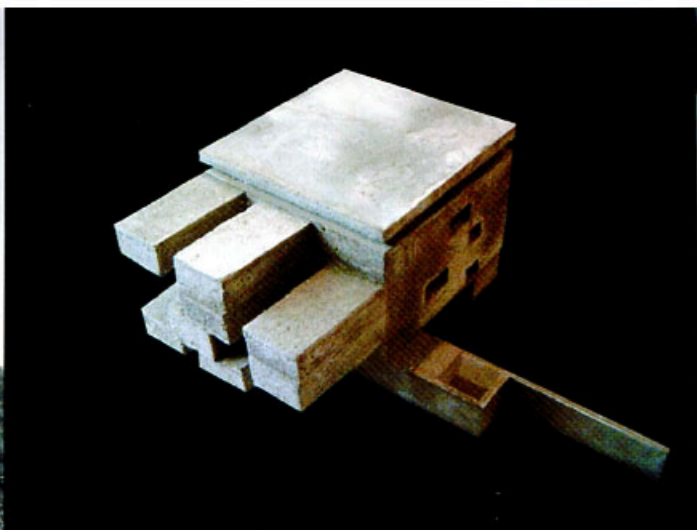
Arquitecto Coordenador: Carlos Henrique Roxo de Ramos Bandeira



alzado norte



alzado sur

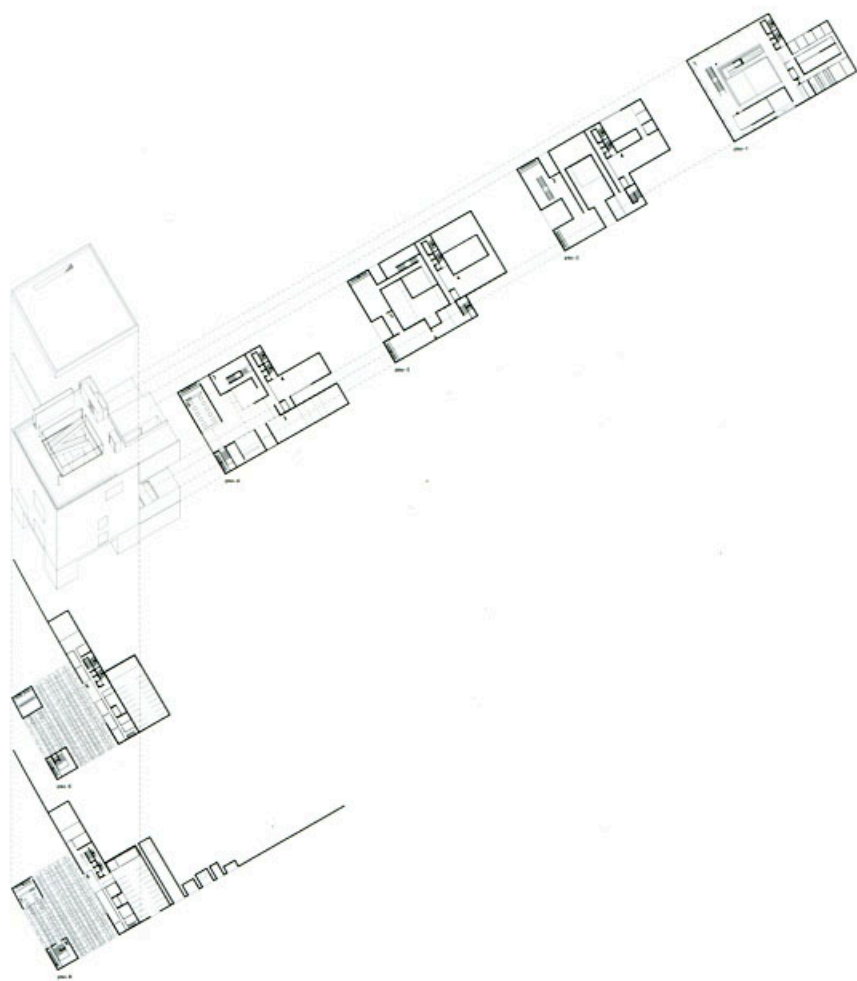


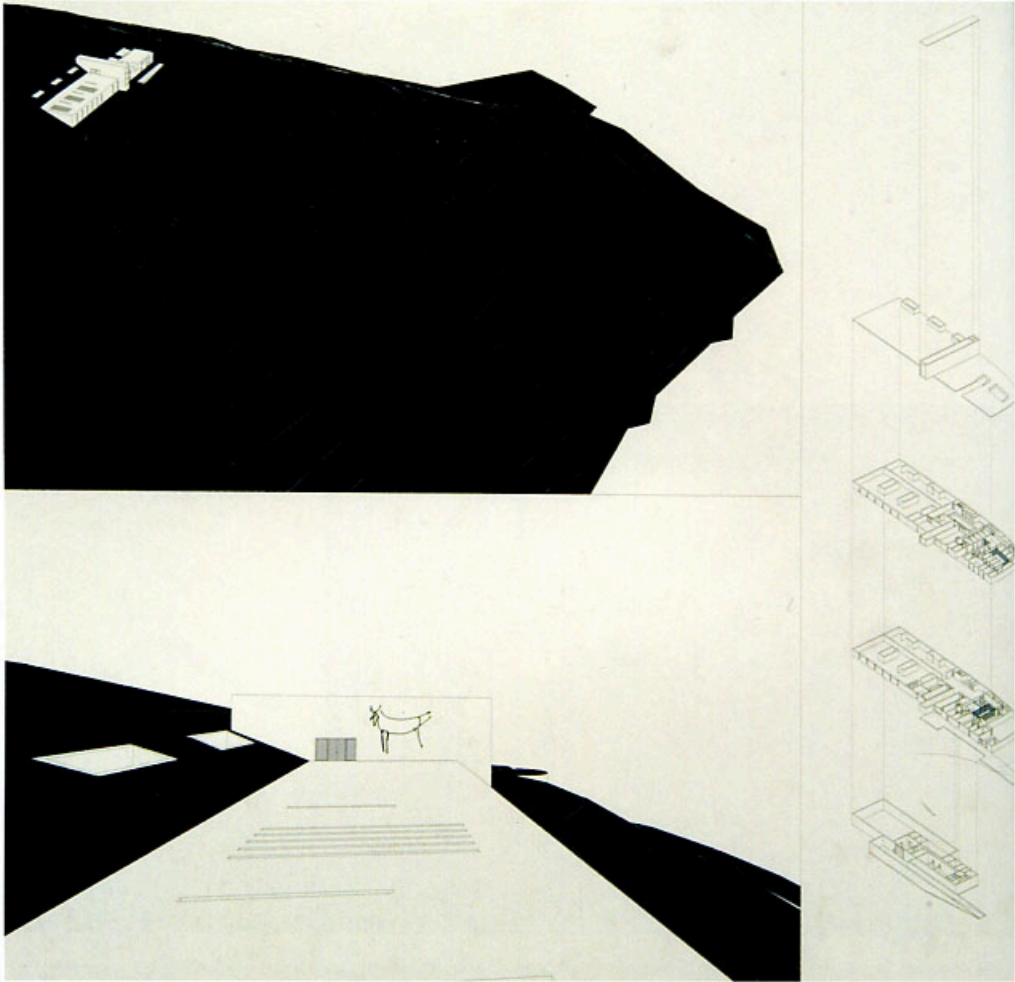
1 entrada museu 2 gabinetes museu 3 exposição 4 reservas 5 restaurante 6 serviços administrativos do parque 7 cafetaria 8 saída sobre água

**Arq.º Carlos Lampreia – LISBOA**

(trabalho com o n.º. de ordem 13)

Arquitecto Coordenador: Carlos Manuel Lampreia da Silva

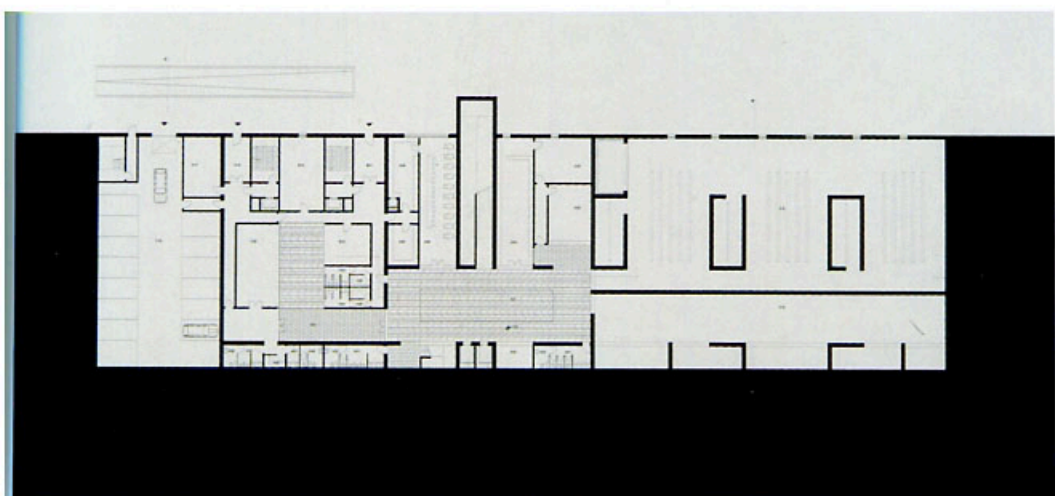




**Lis 54 Arquitectura e Urbanismo – LISBOA**

(trabalho com o n.º de ordem 14)

Arquitecto Coordenador: Ademar Luis Gonzaga Machado



**Arq.º António Leitão Barbosa – PORTO**  
(trabalho com o n.º de ordem 15)  
Arquitecto Coordenador: António Leitão Barbosa

A topographic map with contour lines in shades of green and grey, representing a landscape. The map is the background for the upper half of the page.

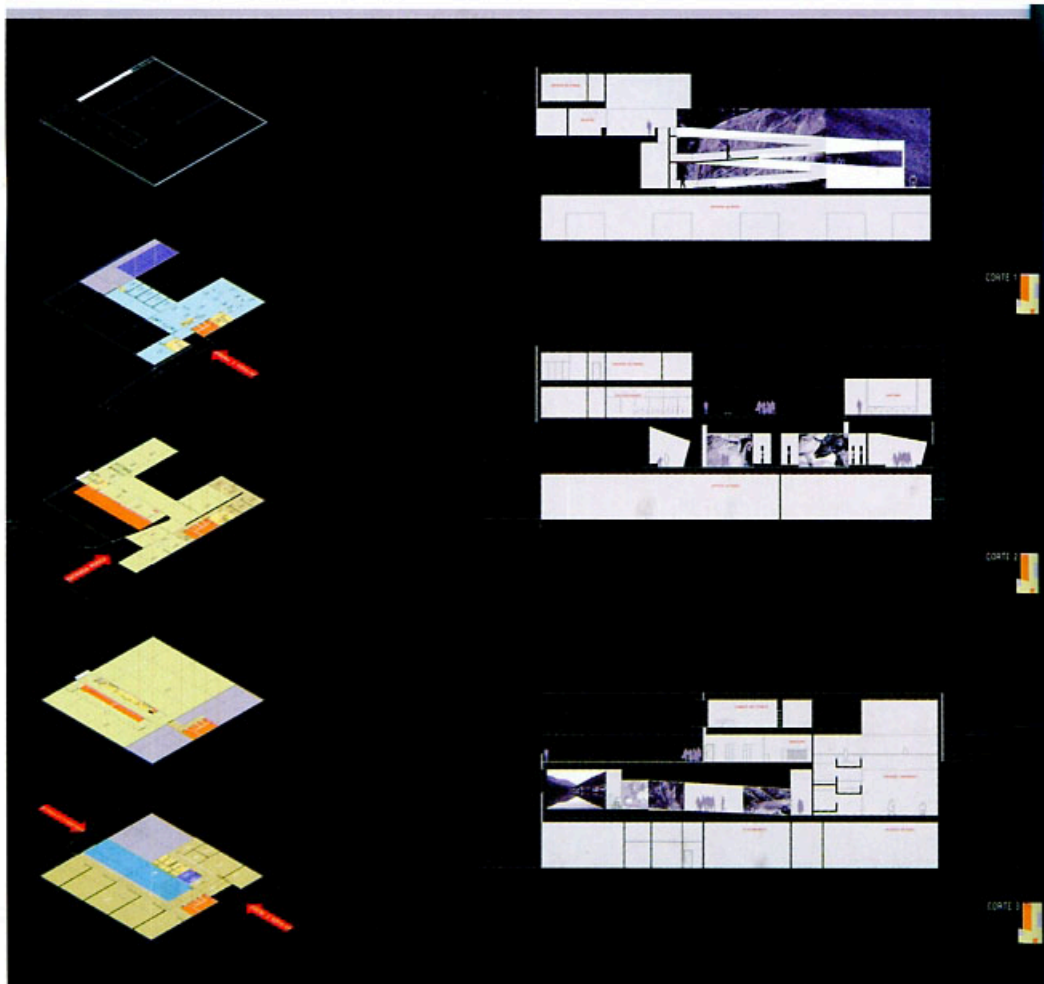
# NÃO INTERVENÇÃO

REINTERPRETAR O PROGRAMA, REVITALIZAR A CANADA DO INFERNO E REABILITAR A VILA



CONCURSO PÚBLICO PARA A ELABORAÇÃO DO PROJECTO DO MUSEU DE ARTE E ARQUEOLOGIA DO VALE DO CÔA

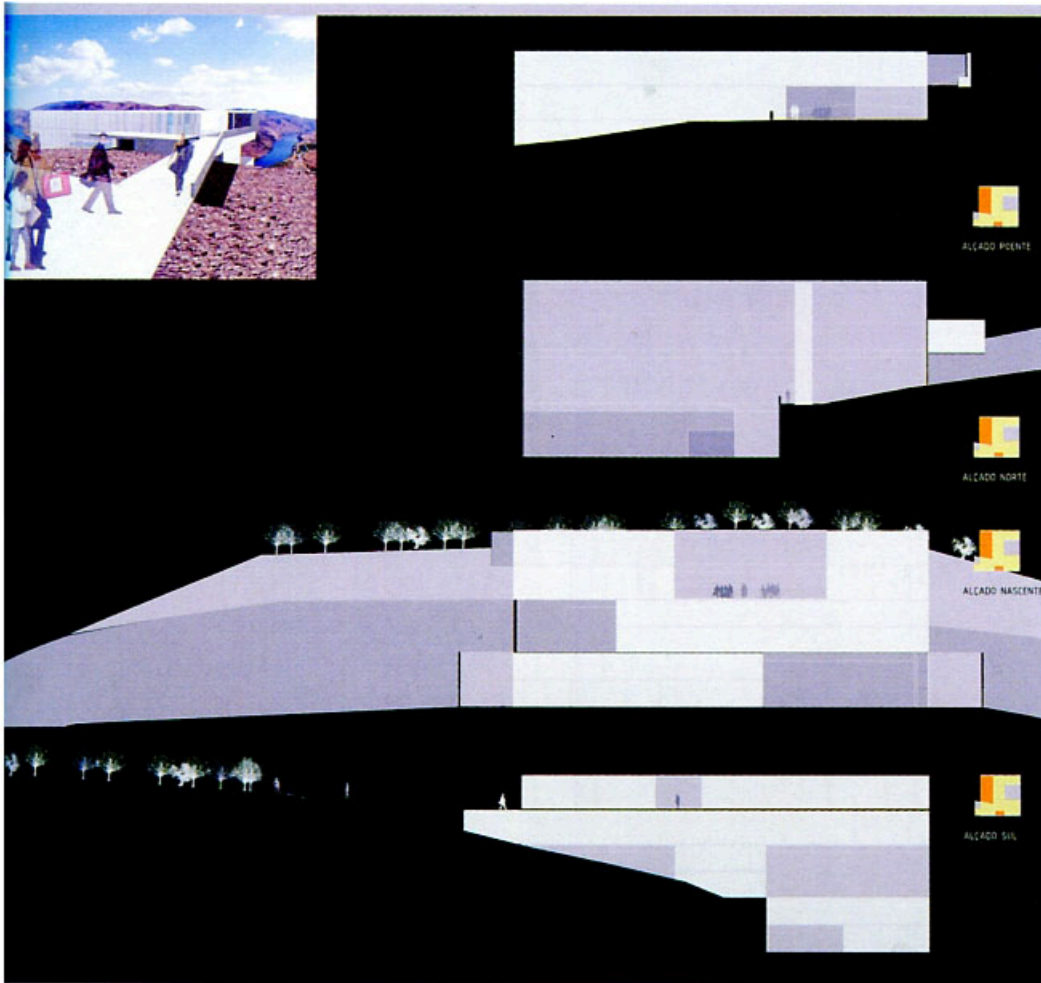
4 SOLUÇÃO



**Barbini & Silva Arquitectos, Lda. – LISBOA**

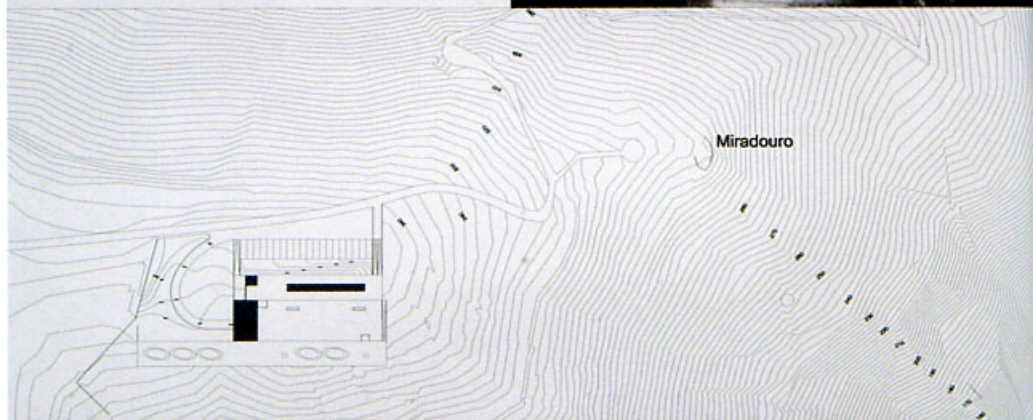
(trabalho com o n.º de ordem 16)

Arquitecto Coordenador: Flávio Barbini

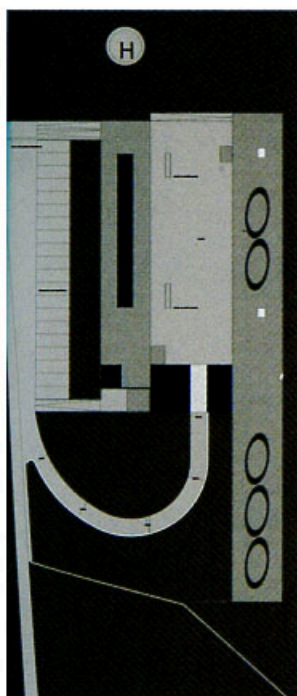




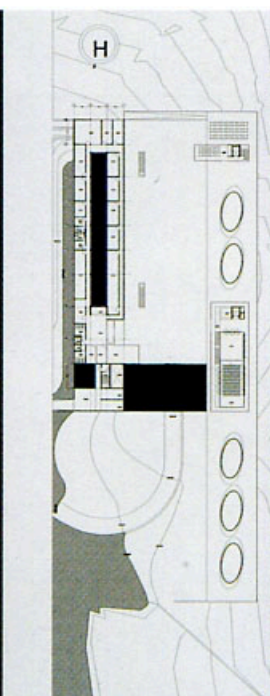
uma paisagem  
um novo lugar  
uma marca no território



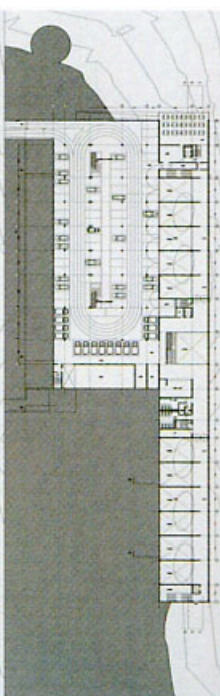
**Arq.º Tiago Viegas do Monte-Pegado – LISBOA**  
(trabalho com o n.º. de ordem 17)  
Arquitecto Coordenador: Tiago Viegas Monte-Pegado



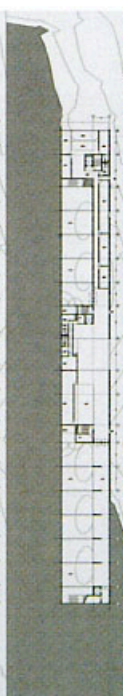
SANTA DE COBERTURAS



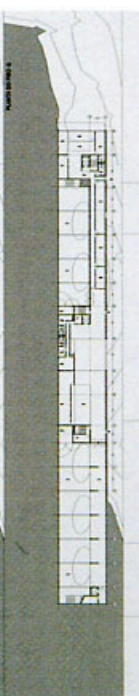
PLANTA DO PISO 0 / TERREIRO



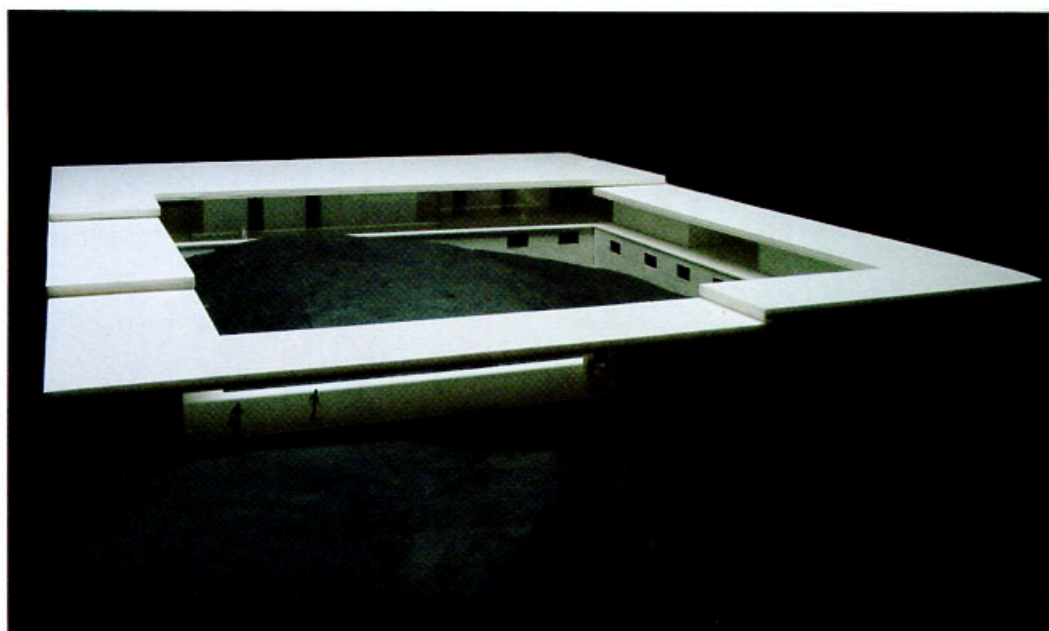
PLANTA DO PISO -1



PLANTA DO PISO -2



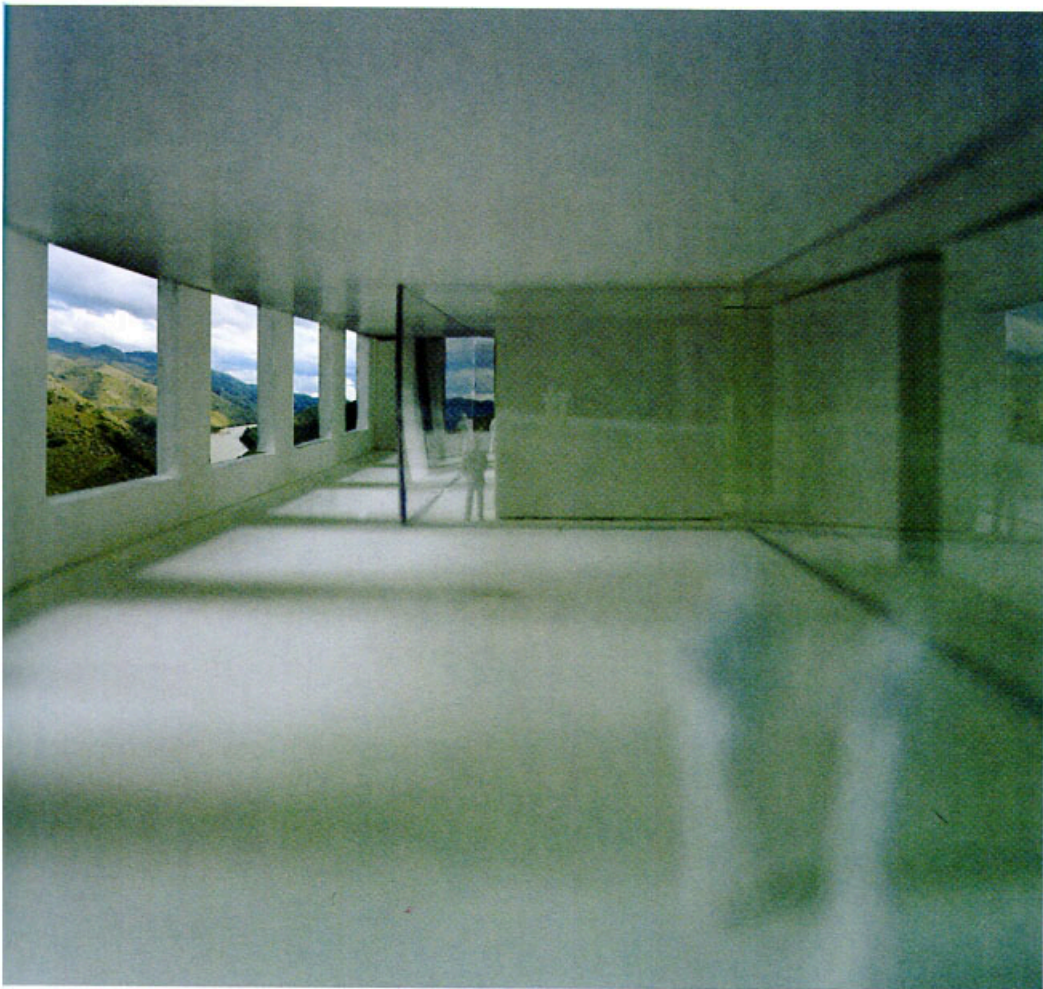
PLANTA DO PISO -3



**Embaixada da Angola, Arquitectura Lda. – BEJA**

(trabalho com o nº. de ordem 18)

Arquitecto Coordenador: Luís Duarte Botas Nunes Frade Baptista



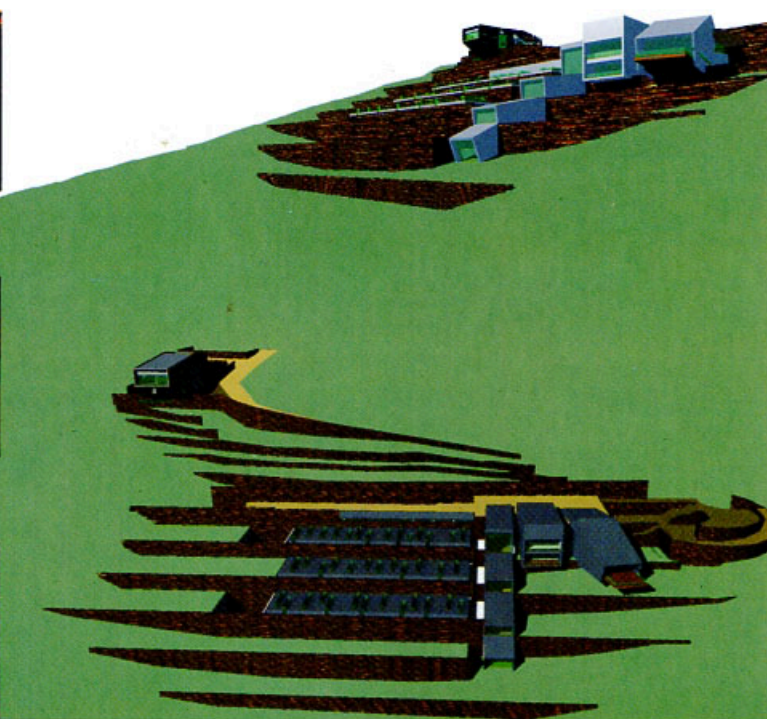
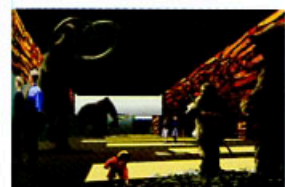
**Jorge Pinheiro Rodrigues, Arquitectos, Lda. – PORTO**  
(trabalho com o n.º de ordem 19)  
Arquitecto Coordenador: Jorge Manuel Pinheiro Rodrigues



**Plural, Lda.** – CARCAVELOS

(trabalho com o n.º de ordem 21)

Arquitecto Coordenador: Henrique José Duarte Ferreira de Barros Gomes

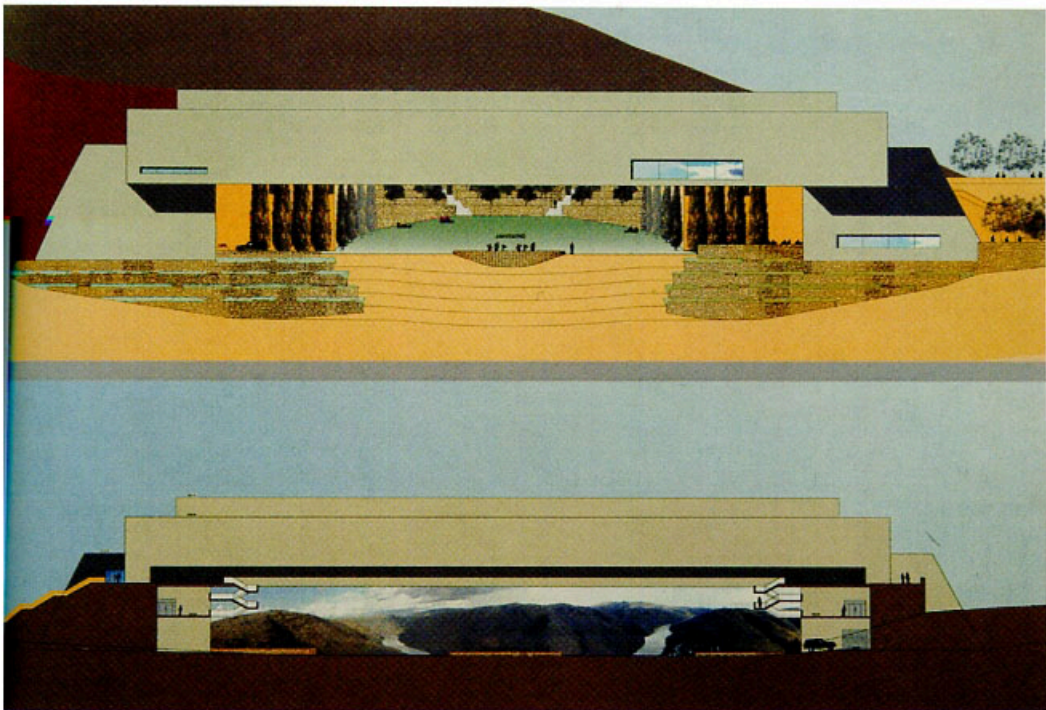


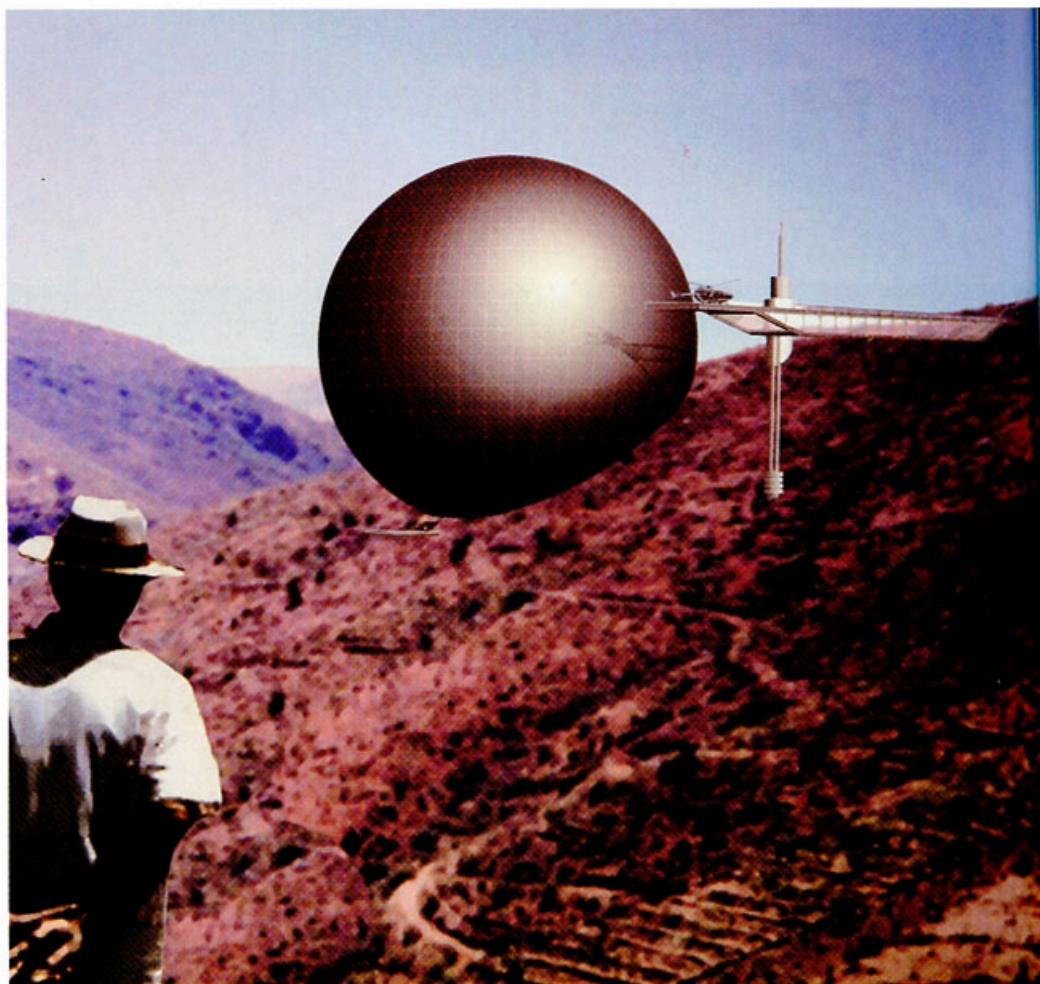


**Raposo Cordeiro, Lda. – LISBOA**

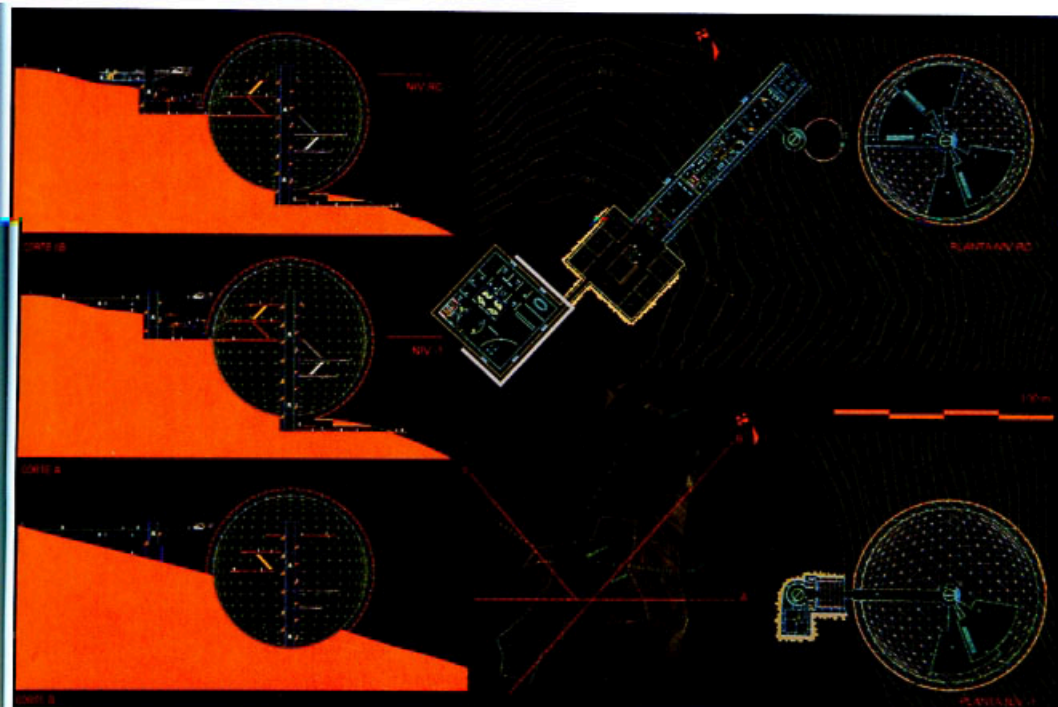
(trabalho com o n.º. de ordem 22)

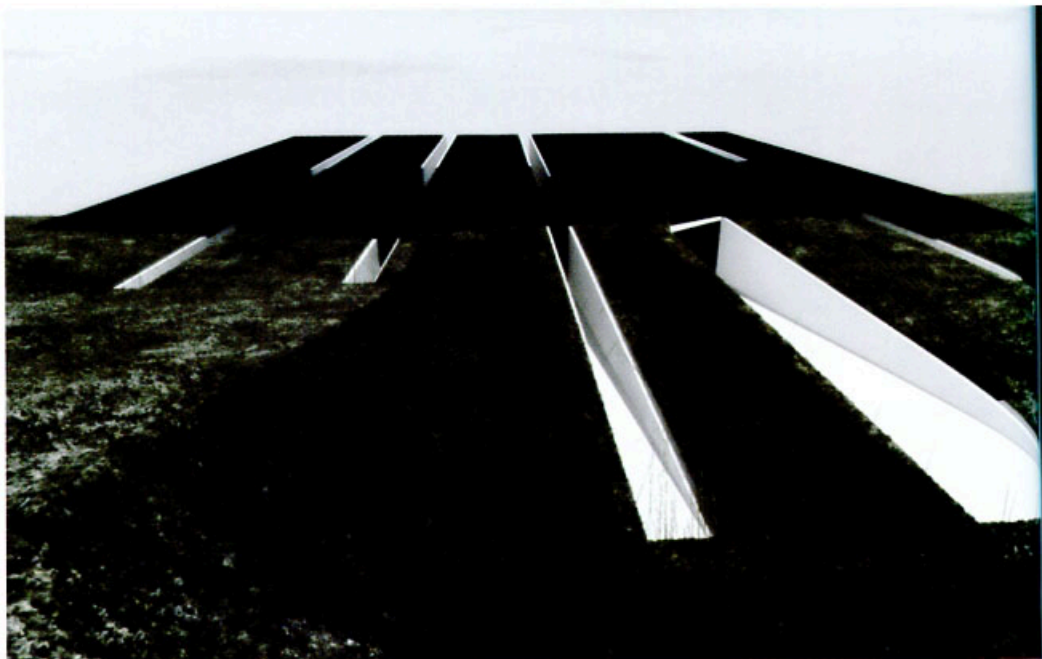
Arquitecto Coordenador: Arsénio Luís Raposo Cordeiro





**H.T.A. – Architecture H. Tordjman & Associés – PARIS**  
(trabalho com o n.º de ordem 23)  
Arquitecto Coordenador: Hervé Tordjman

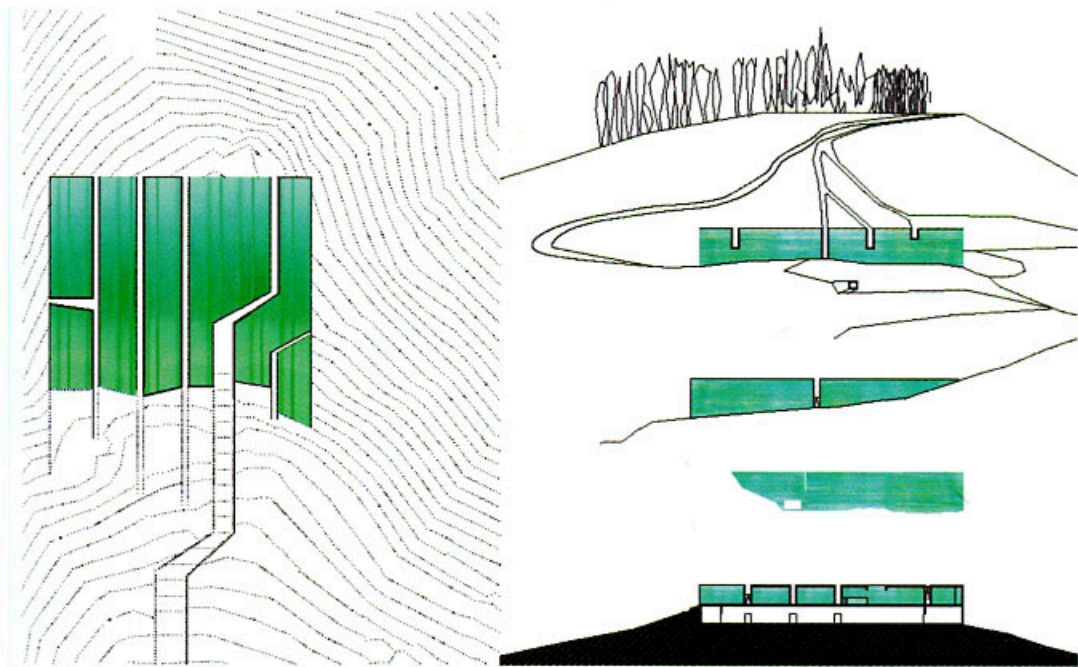


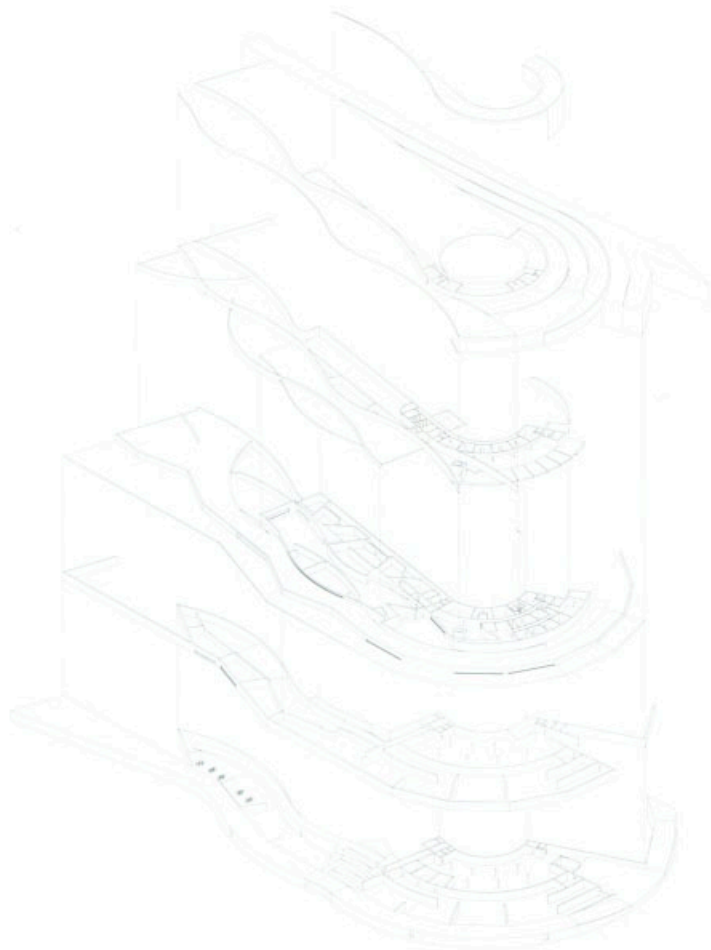


**Cannatà & Fernandes, Arquitectos, Lda. – PORTO**

(trabalho com o n.º de ordem 25)

Arquitecto Coordenador: Maria de Fátima Fernandes





**Arq.º Álvaro Leite Siza Vieira – PORTO**

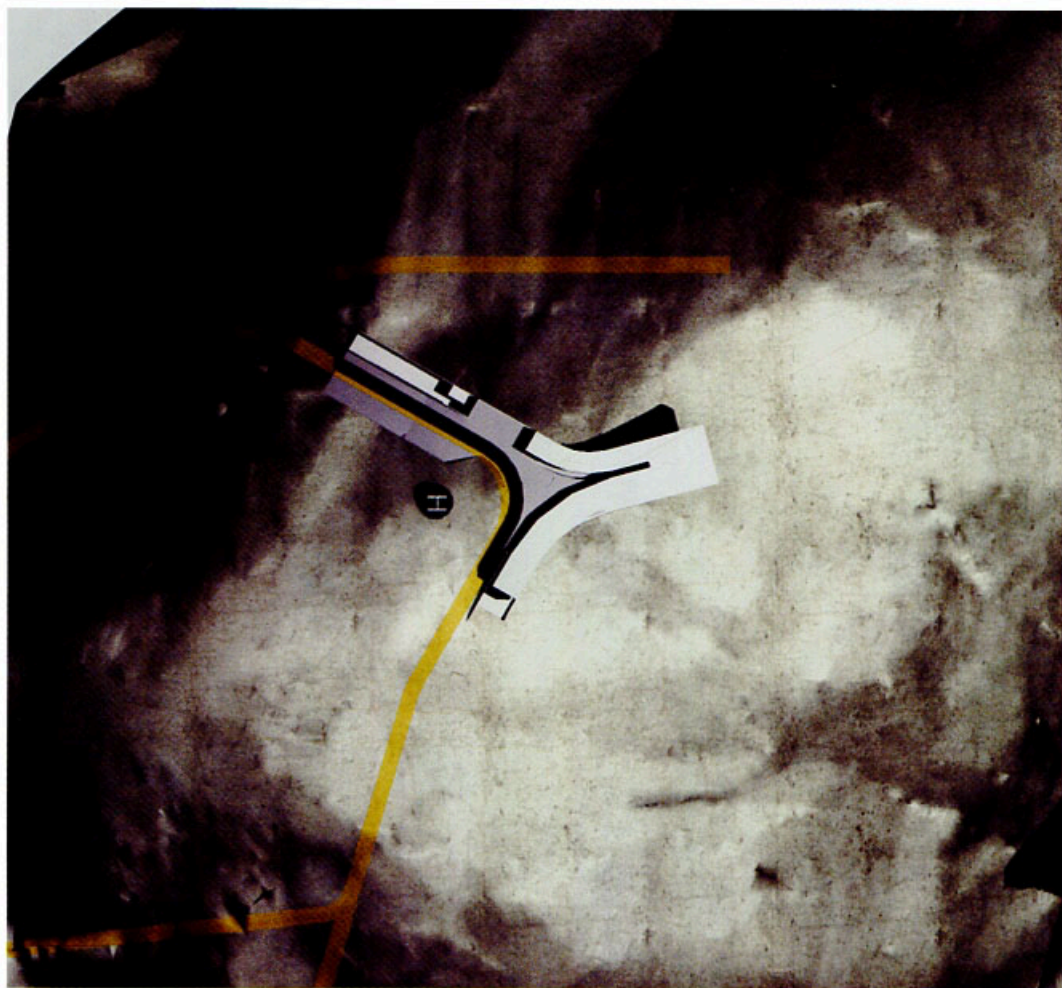
(trabalho com o n.º. de ordem 26)

Arquitecto Coordenador: Álvaro Leite Siza Vieira





**Arq.º João Paulo Loureiro – MATOSINHOS**  
(trabalho com o n.º. de ordem 27)  
Arquitecto Coordenador: João Paulo Loureiro

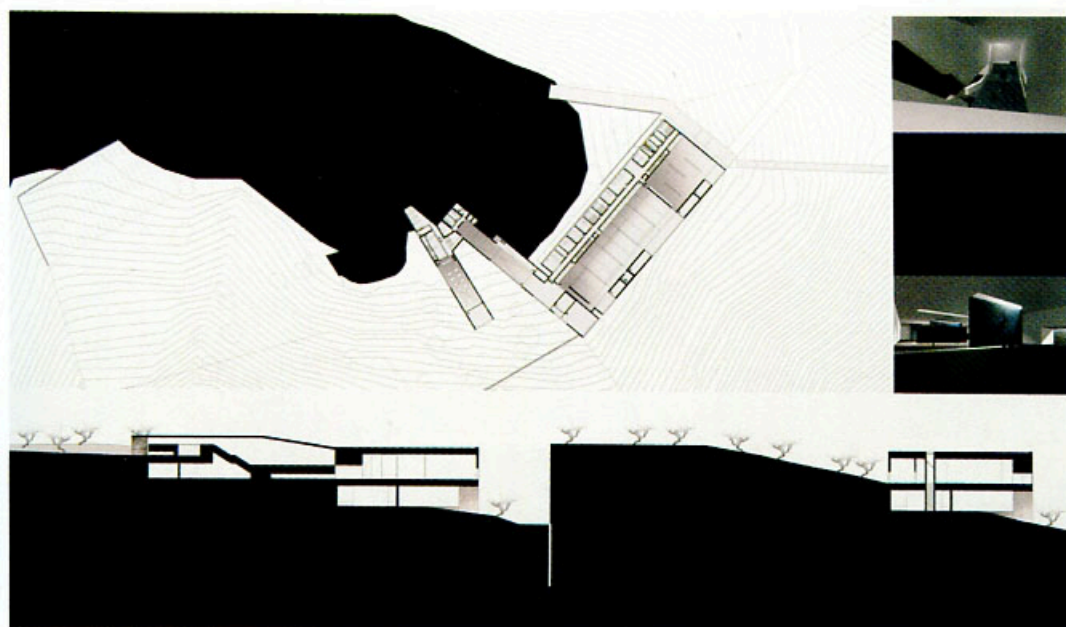


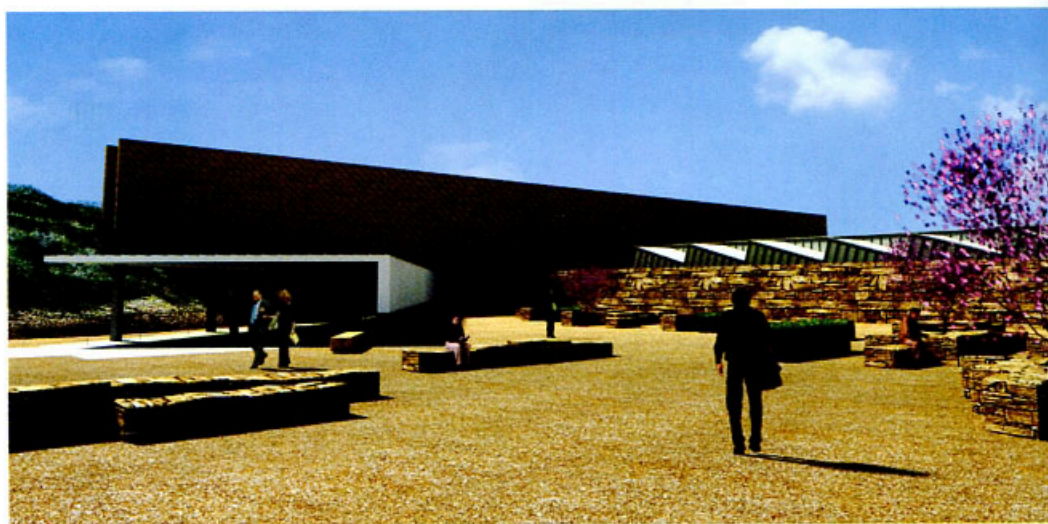


**Paula Santos, Arquitectos, Lda. – PORTO**

(trabalho com o n.º. de ordem 28)

Arquitecto Coordenador: Ana Paula Lopes dos Santos

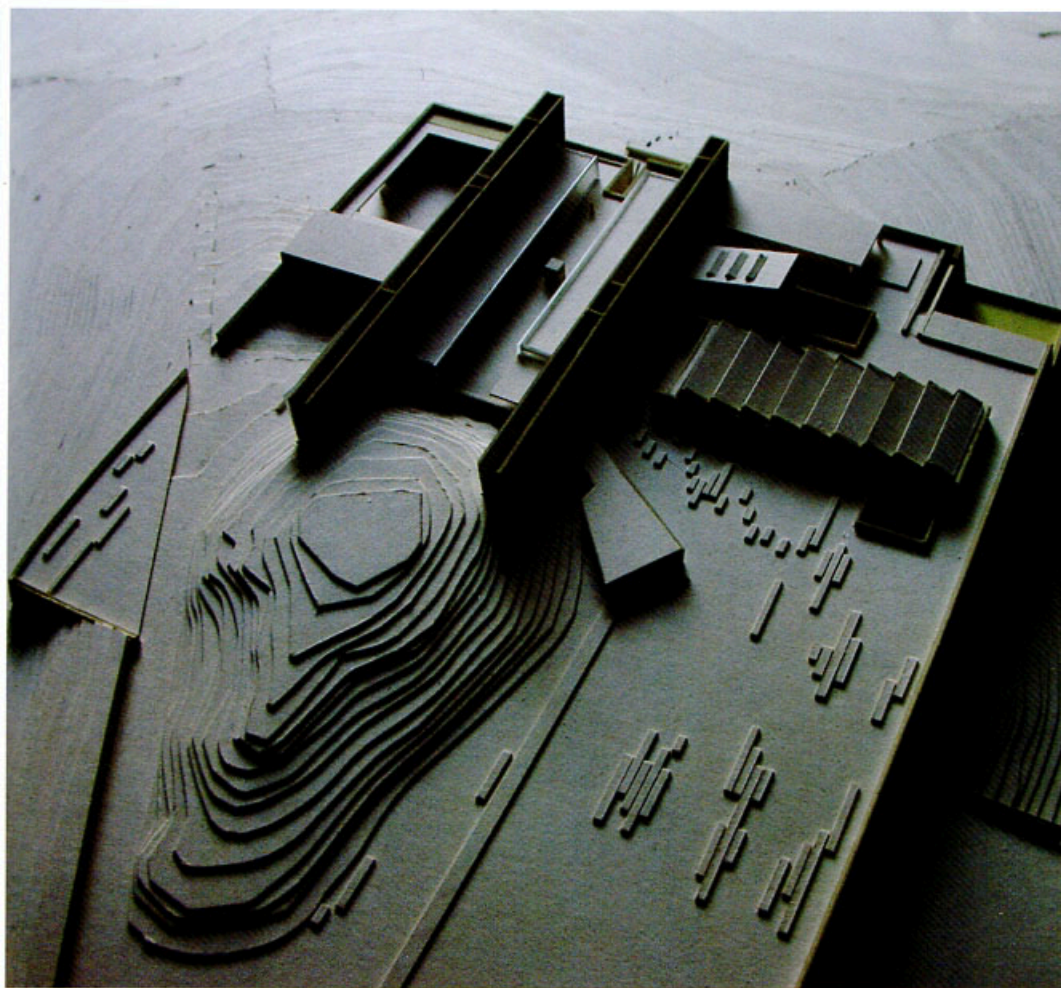




**Cândido Chuva Gomes, Arquitectos, Lda. – LISBOA**

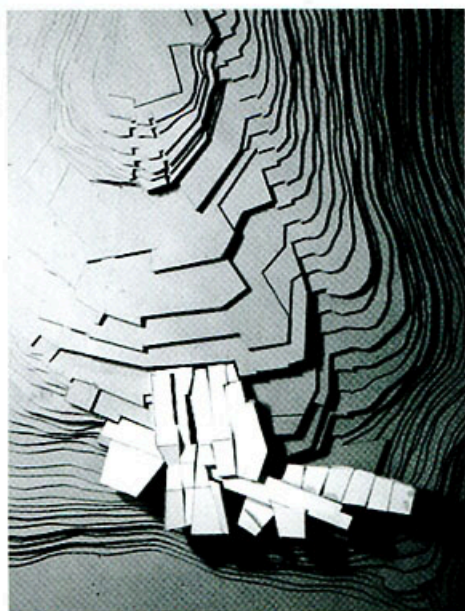
(trabalho com o n.º. de ordem 29)

Arquitecto Coordenador: Cândido C. Chuva Gomes

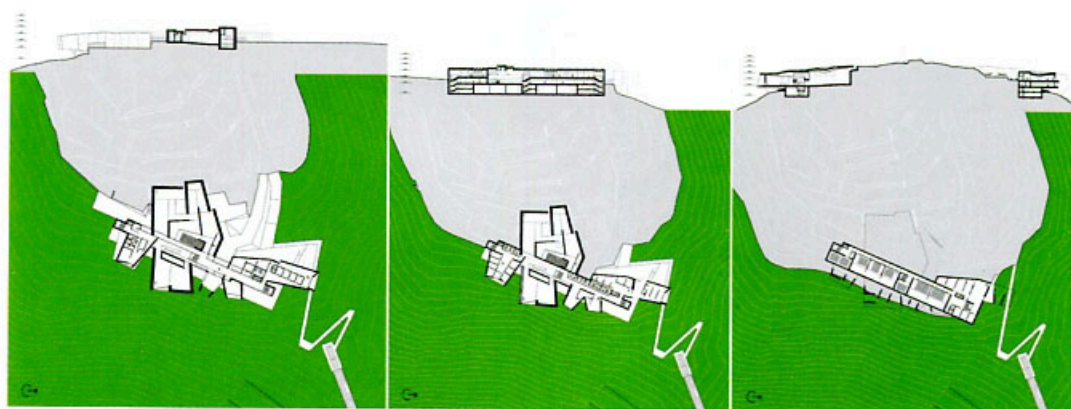


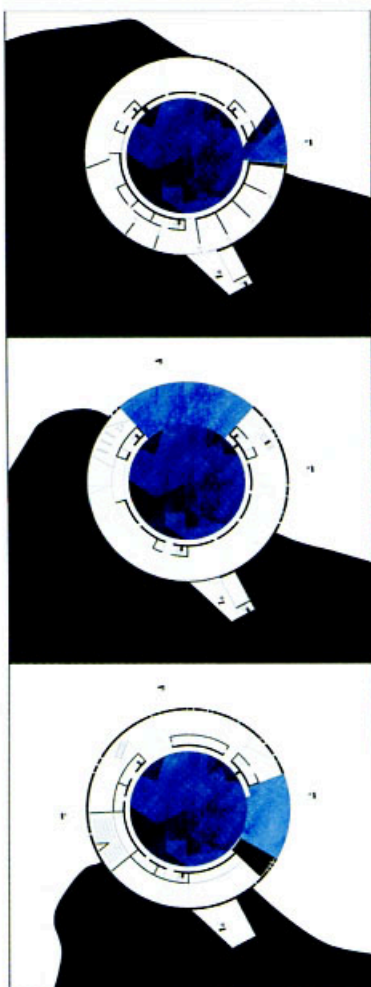
**Companhia de Arquitectura e Design, Lourenço e Vaz, Lda. – LISBOA**  
(trabalho com o n.º de ordem 30)  
Arquitecto Coordenador: Patrícia Isabel Mendes Lourenço





**Arq.º Fernando Pardo Calvo – MADRID**  
(trabalho com o n.º. de ordem 31)  
Arquitecto Coordenador: Fernando Pardo Calvo





**ENCIL, Lda. – PORTO**

(trabalho com o n.º. de ordem 32)

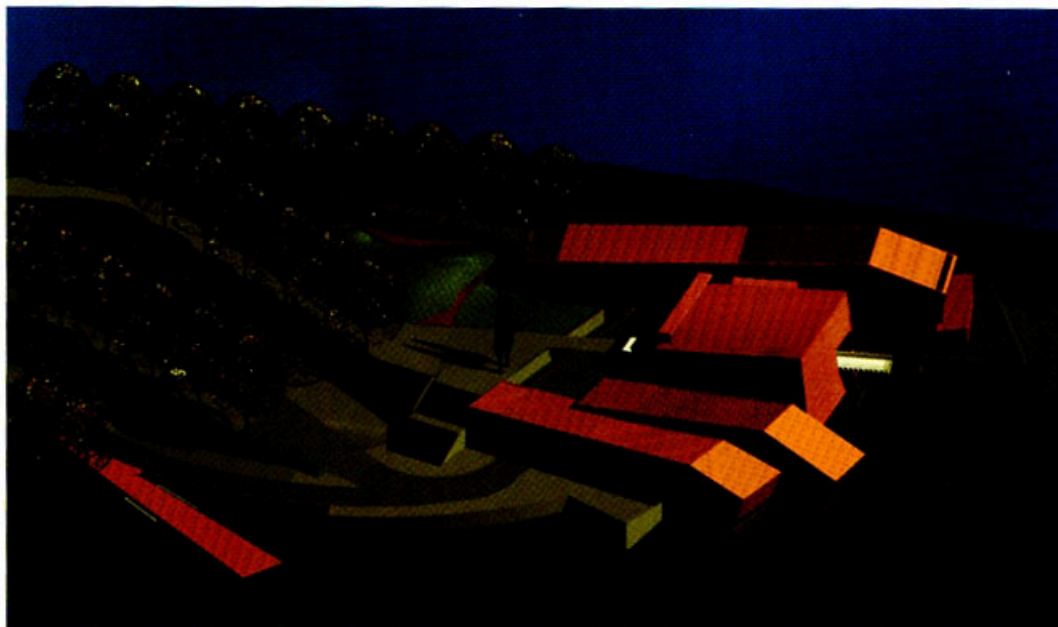
Arquitecto Coordenador: Nuno Filipe Morais Monteiro





**A. Burmester, Arquitectos Associados, S.A. – VILA NOVA DE GAIA**  
(trabalho com o n.º. de ordem 33)  
Arquitecto Coordenador: Alexandre Burmester



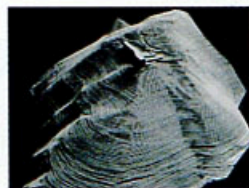
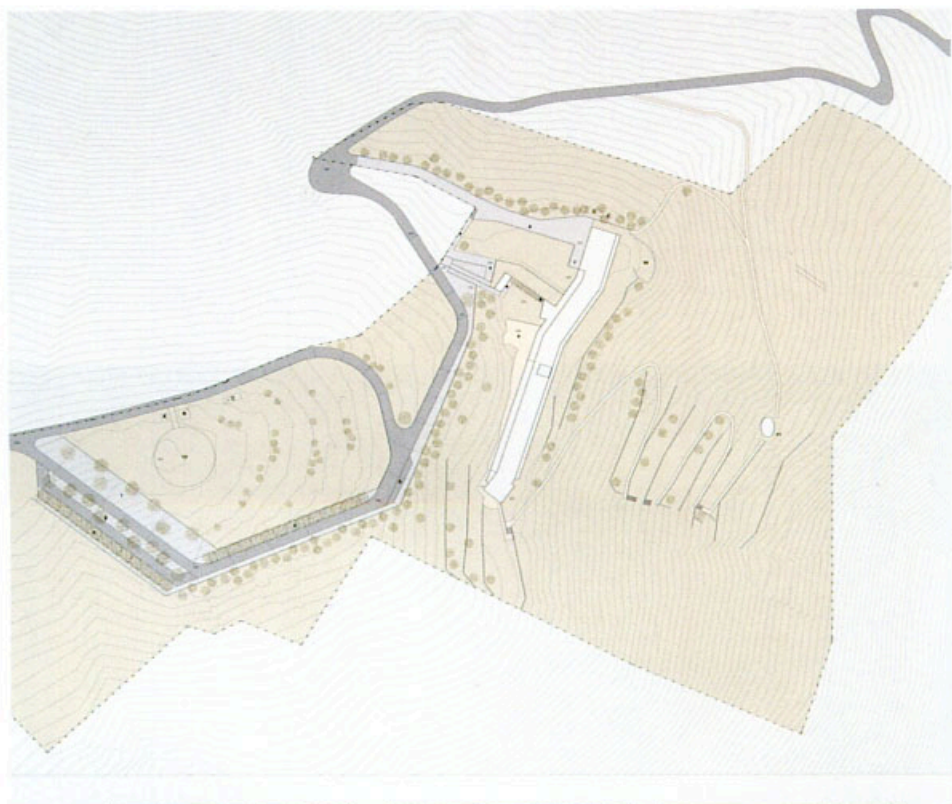


**Arq.º Mário Luís Cruz Ferreira de Abreu – BRAGA**

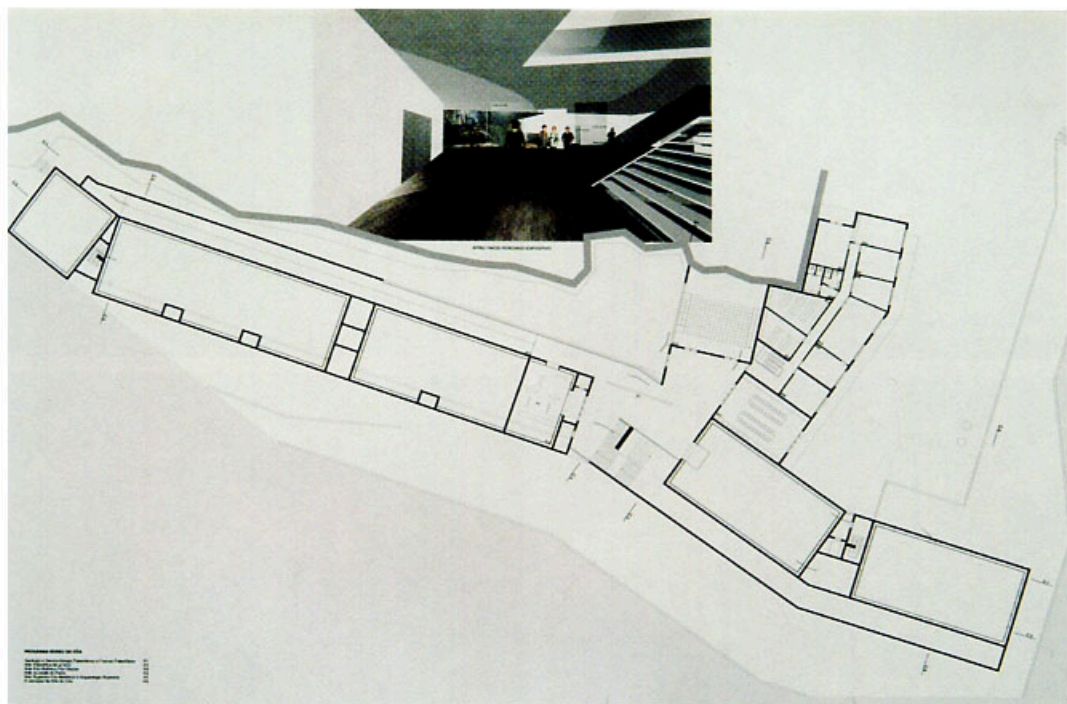
(trabalho com o n.º. de ordem 34)

Arquitecto Coordenador: Mário Luís Cruz Ferreira de Abreu





**Adalberto Dias, Arquitecto, Lda. – PORTO**  
(trabalho com o n.º. de ordem 35)  
Arquitecto Coordenador: Adalberto Dias

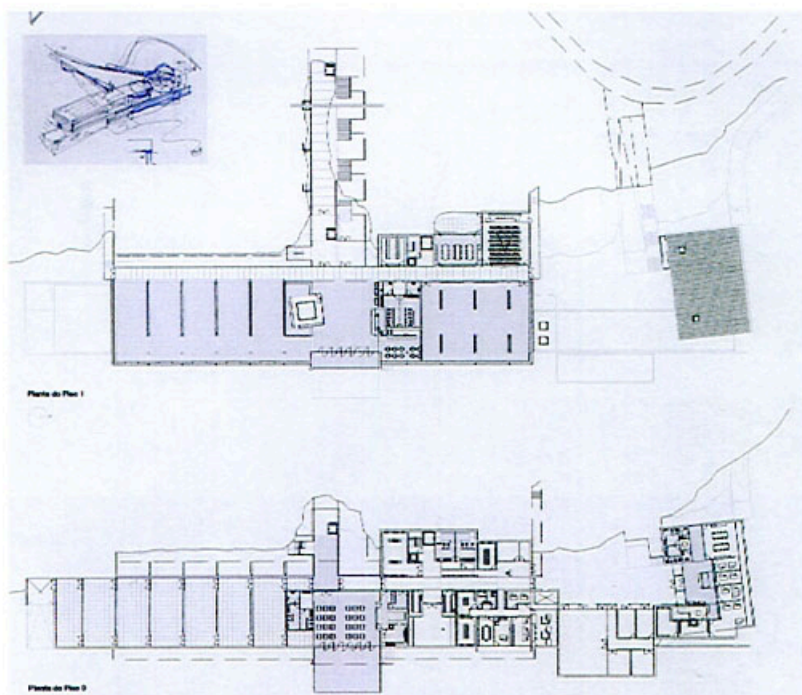


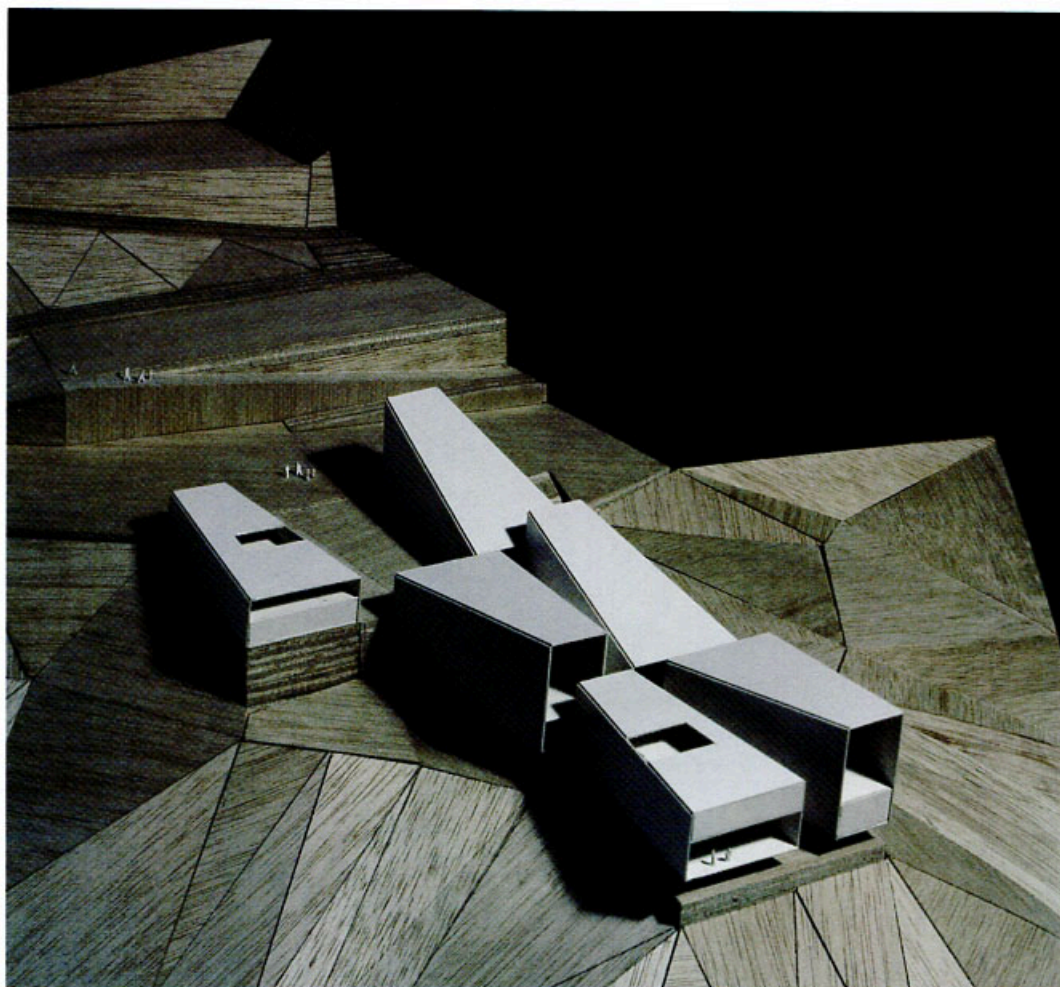


**Arq.º André Miguel Guimarães dos Santos – VILA NOVA DE GAIA**

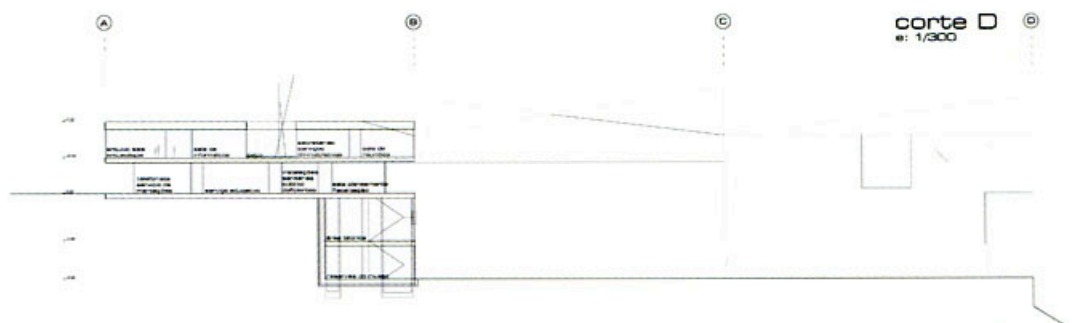
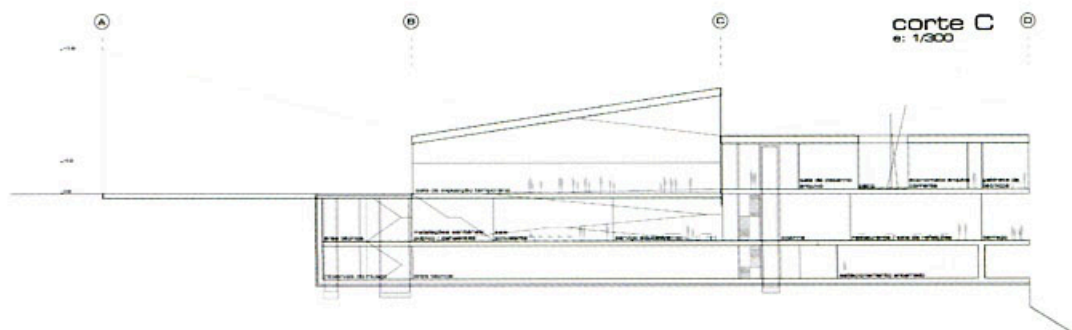
(trabalho com o n.º. de ordem 36)

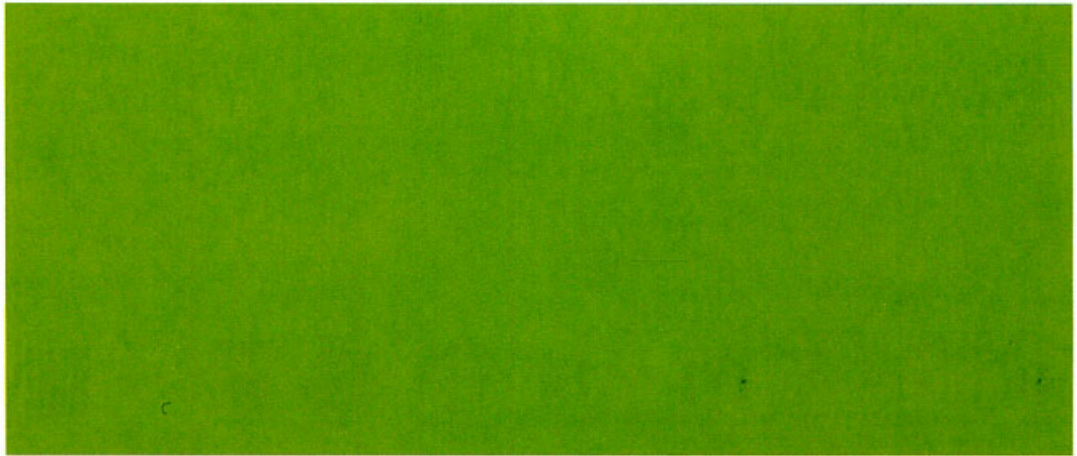
Arquitecto Coordenador: André Miguel Guimarães dos Santos





**Arq.<sup>os</sup> Alberto M. Castillo y Beatriz Matos – MADRID**  
(trabalho com o n.º. de ordem 37)  
Arquitecto Coordinador: Beatriz Matos







## Agradecimento

A Entidade Promotora e o Presidente do Júri agradecem o empenho e a boa valia trazidos por todos os membros do Júri, efectivos e suplentes, bem como os seus Consultores e Colaboradores. A participação do Júri grangeou prestígio para o Concurso e para o Projecto e ajudou a perspectivar a importância e a relevância do Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa.

Mas para o sucesso deste concurso público, também foi decisivo o contributo dedicado de muitas outras individualidades a quem o IPA reconhecidamente agradece.

Correndo o risco de omitir algum nome, não queremos deixar de expressamente referir:  
do Instituto Português de Museus (IPM):

— Dr. Manuel Bairrão Oleiro,

do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR):

— Dr<sup>a</sup>. Rosa G. Amora, Arqt<sup>a</sup>. Leonor Figueira, Dr. José Alberto Ribeiro, Fátima Almeida,

do Instituto Português de Arqueologia (IPA):

— Dr. Paulo Oliveira, Dr. Nuno Caldeira, José Paulo Ruas, Paulo Viralhadas, Leopoldina Cova, Ana Carla Barata, Fernando Gonçalves, Dr. Pedro R. Barbosa e os Guias e Funcionários do Parque Arqueológico do Vale do Côa e do Centro Nacional de Arte Rupestre,

da Ordem dos Arquitectos (OA):

— Arqt<sup>o</sup>. João Afonso, Arqt<sup>o</sup>. Telmo Cruz, Arqt<sup>o</sup>. Carlos Abrantes, Dr<sup>a</sup>. Helena Rocha.

À Librus, Publicações Técnicas (Editora do presente catálogo).

**Fernando Real**

Director do Instituto Português de Arqueologia  
e Presidente do Júri do Concurso de Projecto



Vale do Côa